



**FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS
DE
NOSSA SENHORA DA VIDA**

Relatório e Contas



Ano de 2025



Vila Franca do Campo, Abril de 2026

[Handwritten signatures and initials]

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 representou mais uma etapa de consolidação na afirmação da missão da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida enquanto instituição ao serviço da comunidade e comprometida com a promoção do bem comum nos Açores. Mantivemos, com sentido de responsabilidade e espírito de continuidade, a nossa ação junto das populações, reafirmando os valores de solidariedade, proximidade e responsabilidade social que orientam a nossa atuação desde a origem.

Enquanto Fundação comunitária profundamente enraizada na ilha de São Miguel, continuámos a desenvolver a nossa intervenção com especial atenção às necessidades concretas das famílias e dos jovens do concelho de Vila Franca do Campo, reconhecendo que o investimento na educação, na formação humana e na coesão social constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

Face ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, mantivemos, ao longo de 2025, um conjunto de protocolos e parcerias com instituições locais que desempenham um papel fundamental na resposta social e comunitária no concelho de Vila Franca do Campo. Continuámos a colaborar estreitamente com o Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo — IPSS “O Cogumelo”, com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, reforçando o espírito de cooperação institucional que caracteriza a ação da Fundação.

Concluimos, durante o ano, a nossa colaboração com a MOVE Açores, tendo sido iniciado um novo protocolo com a UNOJOVENS — Associação Juvenil de Ponta Garça, com o objetivo de assegurar a continuidade do apoio ao desenvolvimento de competências e à inclusão social dos jovens da comunidade.

Mantivemos igualmente o programa de atribuição de bolsas de estudo de mérito em parceria com a Escola Secundária Armando Cortês Rodrigues, em Vila Franca do Campo, contribuindo para a valorização do mérito académico e para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Prosseguimos o nosso apoio à Paróquia de Vila Franca do Campo, em particular nas iniciativas de apoio às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, com especial incidência nos períodos da Páscoa e do Natal. Continuámos também a apoiar os Grupos de Romeiros durante o tempo pascal, acolhendo aqueles que passam por Ponta Garça e procuram a Capela do Paço de Nossa Senhora da Vida como local de oração e recolhimento espiritual.

Mantivemos o nosso apoio ao Agrupamento de Escuteiros de Vila Franca do Campo, reconhecendo o seu importante papel na formação cívica e comunitária dos jovens, bem como na promoção de valores de solidariedade e responsabilidade social.

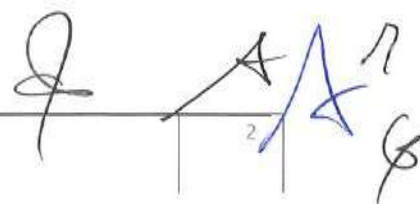
No plano cultural e patrimonial, a Fundação apoiou o restauro do órgão da Igreja Matriz de Vila Franca do Campo, contribuindo para a preservação de um importante elemento do património religioso e musical da comunidade. Apoiámos igualmente a edição do livro Biografia de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, iniciativa que valoriza a memória histórica e cultural de Portugal.

No domínio da gestão patrimonial, o ano de 2025 ficou marcado pela conclusão do processo de loteamento do terreno urbano em Vila Franca do Campo, tendo sido finalizada a venda dos quatro lotes previstos. Os recursos financeiros resultantes desta operação destinam-se a assegurar a componente de capitais próprios da sociedade NSV — Gestão de Eventos, que apresentou uma candidatura no âmbito do programa Açores 2030, no eixo “Construir — Negócios Estruturantes”.

Nesse contexto, foi submetida, em dezembro de 2025, uma candidatura a financiamento para um projeto de investimento na área da animação turística e da gestão de eventos, a ser implementado nas antigas adegas do Paço de Nossa Senhora da Vida. Este projeto visa criar um espaço multifuncional com capacidade para cerca de 300 pessoas, que se pretende afirmar como um dos mais emblemáticos espaços para a realização de eventos na ilha de São Miguel, contribuindo para a dinamização económica local e para a sustentabilidade financeira da Fundação.

Em paralelo, a Fundação iniciou o desenvolvimento de uma candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) destinada à instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica, com o objetivo de reforçar a sustentabilidade ambiental e energética das suas instalações.

No setor agrícola, concluímos, em 2025, a construção da nossa vigésima segunda estufa em vidro dedicada à produção de ananás, reforçando a capacidade produtiva da Fundação. Atualmente, o parque agrícola da Fundação é constituído por 22 estufas em vidro destinadas à produção de ananás e por 4 estufas em plástico destinadas a viveiros de plantio, perfazendo um total de 26 estufas.



Procedemos igualmente à instalação de equipamentos digitais de monitorização e controlo da produção de ananás biológico, permitindo melhorar a eficiência operacional, a qualidade da produção e a sustentabilidade das nossas atividades agrícolas.

O ano de 2027 assumirá um significado particularmente relevante para a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida. Nesse ano celebraremos setenta e cinco anos de existência ao serviço da comunidade, coincidindo com o início das comemorações dos seiscentos anos da descoberta dos Açores.

CEDÊNCIA GRATUITA DE ACTIVOS PARA FINS SOCIAIS E CULTURAIS

Em 2025 mantivemos o nosso compromisso com a cedência gratuita de imóveis para fins sociais e culturais no concelho de Vila Franca do Campo.

Continuamos a colaborar estreitamente com a Câmara Municipal e com a Santa Casa da Misericórdia local, através da cedência do Solar dos Condes do Botelho do Convento de Santo André, ambos em Vila Franca do Campo.



Convento de Santo André – Imóvel classificado de interesse regional.

Pólo do Centro Desenvolvimento e Inclusão Juvenil "Pedra Segura" e ATL "O Cogumelo"

Estes espaços acolhem o Museu Municipal e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil "Pedra Segura", respetivamente, ambos com um papel essencial na dinamização cultural e na inclusão social dos jovens do concelho.

Trata-se de uma valência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, que tem como objectivo principal o acompanhamento de jovens entre os 14 e os 25 anos, no âmbito da sua estabilização emocional. Para esse efeito, dedica-se à promoção da autonomia do jovem, através

da aquisição e melhoria de competências nos domínios cognitivos, profissional, pessoal, emocional e social. No caso dos jovens com mais de 18 anos e que não se encontram na escola, os objectivos da intervenção focam-se na sua preparação para a vida ativa, designadamente no apoio à procura de emprego, no reforço da sua formação e na optimização de competências em áreas com maior potencial de empregabilidade.



Solar dos Condes do Botelho – Imóvel classificado de interesse regional:
Pólo do Museu Municipal Vila Franca do Campo e creche “O Cogumelo”

A Fundação mantém ainda uma parceria de longa data com o Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo, IPSS que opera as valências de creche, jardim de infância e CATL “O Cogumelo”, acolhendo, em 2025, 148 crianças, em instalações cedidas pela Fundação. Esta é a mais antiga parceria da Fundação, com mais de sessenta anos de história, e é acompanhada com grande proximidade.

Mantemos uma excelente relação com esta Instituição, que, enquanto seus membros, acompanhamos com grande proximidade as suas actividades e iniciativas.

Tipologia	Idades abrangidas	Nº de Crianças
Creche	Bebés até 1ano	10
Creche	Crianças até 2anos	15
Creche	Crianças até 3anos	16
Jardim de Infância	Crianças 3 a 5anos	50
CATL	Crianças 6 a 12anos	57

Fonte: Creche “o Cogumelo”

Reforçámos também o apoio à Escola Básica e Secundária Armando Cortes Rodrigues com a atribuição de bolsas de estudo universitário a estudantes do concelho. Em 2025, foram atribuídas

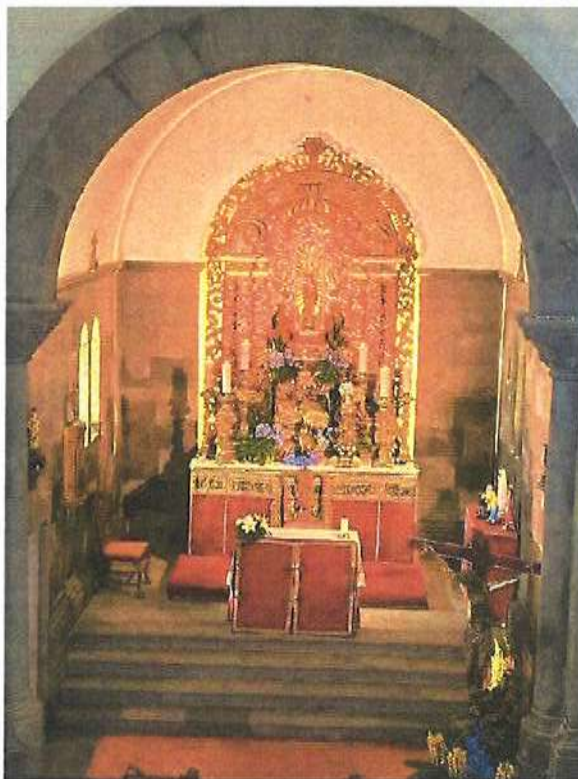
duas novas bolsas e um apoio mensal para aluno a frequentar a Universidade de Coimbra, apoiando agora a Fundação um total de nove estudantes em universidades do continente e da região, num contribuindo para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Foi concluída a nossa colaboração com a MOVE Açores, entidade que encerrou a sua intervenção na ilha de São Miguel, e celebrado um novo protocolo com a associação UNOJOVENS na continuidade do apoio ao empreendedorismo e à inclusão social e educativa.

Mantivemos, no entanto, o nosso apoio ao Agrupamento 436 do Corpo Nacional de Escutas de Vila Franca do Campo, pelo seu importante papel na educação cívica e comunitária de 71 jovens que constituem o agrupamento.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E AMBIENTE

Dentro da nossa missão de preservação do nosso património em 2025 mantivemos as intervenções ao nível do património edificado, mobiliário histórico e cultural na Capela e Paço de Nossa Senhora da Vida.



Capela do Paço de Nossa Senhora da Vida – Imóvel classificado de interesse regional:

Altar da Capela do Paço de Nossa Senhora da Vida, Ponta Garça, Vila Franca do Campo

A preservação da Capela faz parte do compromisso com a Comunidade que a visita com frequência para rezar a Nossa Senhora da Vida, uma tradição secular que temos muita honra em preservar e manter.

Ao nível da preservação ambiental, continuamos a desenvolver esforços na candidatura da nossa propriedade no Pico da Vara à Rede Natura 2000, com o objetivo de garantir a proteção das espécies endémicas, nomeadamente a floresta Laurissilva e o Priolo, uma das aves mais ameaçadas da Europa. Continuamos a prosseguir com os trâmites legais para a doação do Ilhéu de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, à Fundação, com vista à sua classificação como santuário natural para a proteção do Cagarro e outras espécies nidificantes. O processo tem sido moroso por razões que nos ultrapassam, pois, a documentação para instrução do processo está dispersa e omissa e tem obrigado a um trabalho de levantamento muito minucioso e burocrático. Esperamos que o possamos concluir em breve.

No plano cultural, mantivemos o nosso acompanhamento próximo da sociedade Teatro Micaelense – Centro de Congressos, enquanto acionistas fundadores e privados. Esta infraestrutura continua a desempenhar um papel central na oferta cultural da Região, sendo, contudo, evidente a necessidade de obras de modernização, tema que continuamos a acompanhar em articulação com o Governo Regional dos Açores.

Concluimos o processo de alienação de um terreno urbano com quatro lotes na Rua Visconde Botelho, em Vila Franca do Campo. Com a celebração da sua venda foi possível a constituição de um fundo de reserva destinado a investimentos que assegurem a sustentabilidade futura da Fundação, nomeadamente em ativos geradores de rendimento. Esta estratégia visa reforçar a nossa capacidade de intervenção no terceiro setor e ampliar o nosso impacto social.

Foi também iniciado o processo de substituição e conservação da caixilharia do edifício localizado junto às Portas da Cidade de Ponta Delgada

Em tempo em que os desafios sociais se apresentam com renovada complexidade, a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida reafirma, com humildade e determinação, o seu compromisso com a dignidade da pessoa humana, a solidariedade inter-geracional e a defesa ativa do bem comum. Com sede no concelho de Vila Franca do Campo, temos procurado honrar, com sobriedade e coerência, a herança dos fundadores, colocando os nossos recursos e ações ao serviço das populações mais vulneráveis, em particular dos jovens e das famílias em situação de fragilidade económica ou emocional.

OUTROS DESAFIOS

Ao longo de 2025 demos continuidade a um conjunto de projetos estruturantes, com especial enfoque na promoção da saúde, da educação e do incremento de protocolos e apoios comunitários, sem descuidar a gestão rigorosa e transparente do património que nos foi confiado. A proximidade e o cuidado, marcas distintivas da nossa ação, têm sido acompanhados por uma preocupação constante com a sustentabilidade e a adequação institucional da fundação ao contexto normativo em vigor.

Com gratidão pelo trabalho das nossas equipas, dos voluntários e de todos os que, direta ou indiretamente, contribuem para a missão da nossa fundação, reiteramos o nosso compromisso com a verdade, a justiça social e a esperança ativa no bem.

Finalmente, iniciámos contactos com o Governo Regional no âmbito das celebrações do sexto centenário da descoberta dos Açores, que se assinalará em 2027. Pela ligação histórica da Fundação à figura de Gonçalo Velho Cabral, não poderíamos deixar de estar presentes e empenhados nestas comemorações, que se estenderão ao longo de vários anos.

Como nos recorda o Papa Francisco, "a verdadeira medida das nossas sociedades está na forma como tratam os mais frágeis."

Uma palavra de profundo agradecimento aos nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal, pelo empenho, dedicação e compromisso com a missão da Fundação.

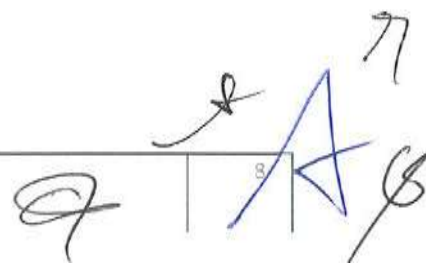
Muito obrigado.



Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, Visconde do Botelho
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
2.	CENÁRIO MACROECONÓMICO.....	10
	2.1 Conjuntura Internacional.....	10
	2.2 Conjuntura Nacional.....	11
	2.3 Conjuntura Regional.....	13
3.	ACTIVIDADE DESENVOLVIDA.....	14
4.	RECURSOS HUMANOS.....	19
5.	INVESTIMENTOS.....	19
6.	EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS.....	20
7.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	22
8.	INDICADORES FINANCEIROS.....	24
9.	FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO.....	266
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	26
11.	DESAFIOS.....	26
	11.1 Enquadramento das políticas sectoriais.....	27
	11.2 Quadro Comunitário de Apoio / Plano de recuperação e resiliência.....	28
	11.3 Plano de Actividades para 2025.....	29
	ANEXO I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	32
	ANEXO II. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	67



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento, apresentado ao abrigo das disposições estatutárias e legais, constitui o Relatório e Contas da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida referente ao exercício de 2024.

A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida foi constituída pelo Eng. José Honorato Gago da Câmara de Medeiros, Visconde do Botelho, em Agosto de 1952.

Antes da constituição da Fundação já existia no seio da família um elevado sentimento de solidariedade que se concretizava na atribuição de bolsas de estudo, de subsídios para a aquisição de equipamento hospitalar e outras ajudas a pessoas privadas de meios de subsistência, assim como a instituições de cariz social.

A Fundação é detentora de um vasto legado dos seus fundadores, os Viscondes do Botelho, entre as quais a propriedade da raiz do Paço de Nossa Senhora da Vida, sede da Instituição que representa um valioso património no concelho de Vila Franca do Campo, assim como, vários de prédios urbanos e rústicos no mesmo concelho, e também no de Ponta Delgada e da Povoação.

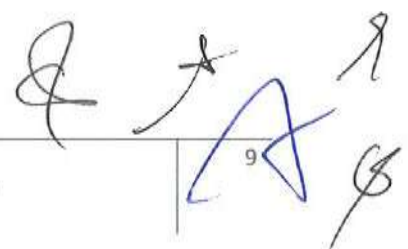
Com a receita dos seus prédios rústicos e urbanos, e dádivas da própria família, a Fundação prossegue acções de solidariedade iniciadas pelo Senhor Visconde do Botelho.

A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida é uma pessoa colectiva de utilidade pública, está devidamente registada como Fundação cativa no Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores - Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social dos Açores e sempre desenvolveu a sua actividade sem qualquer apoio financeiro do Estado.

Em 2007 foi condecorada com a Medalha de Mérito da União das Misericórdias Portuguesas como reconhecimento do seu importante contributo para a sociedade Micaelense.

Em Agosto de 2024, fomos homenageados com uma carta de louvor por parte do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores Doutor José Manuel Bolieiro, a enaltecer o papel importante da Fundação no contributo para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e na preservação do ambiente e património cultural da Região Autónoma dos Açores.

De acordo com a sua personalidade jurídica e natureza das operações que desenvolve reúne condições e encontra-se reconhecida como entidade beneficiária da consignação do IRS, na qualidade de pessoas colectivas de utilidade pública e instituições particulares de solidariedade social.



2. CENÁRIO MACRECONÓMICO

2.1 Conjuntura Internacional

O ano de 2025 registou uma escalada de várias tensões geopolíticas e conflitos armados, que consubstanciam um contexto macroeconómico complexo e desafiante. Contudo, a economia global e os mercados financeiros mostraram resiliência e resistência, mesmo perante volatilidade e incertezas. O crescimento económico mundial estimado é de 3,3%, superando as expectativas e revelando uma capacidade significativa de adaptação. A expansão económica manteve-se sustentada sobretudo pelo forte dinamismo do investimento tecnológico, destacando-se os setores ligados à inteligência artificial, aos semicondutores e à inovação, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA) e em diversas economias asiáticas.

Os Estados Unidos da América registaram um crescimento robusto, na ordem dos 4,3%, impulsionado, principalmente, pelo investimento tecnológico e por condições financeiras favoráveis. No que concerne à Zona Euro, prevê-se um crescimento moderado, na ordem dos 1,3%, influenciado por desafios estruturais, efeitos persistentes dos choques energéticos resultantes de conflitos armados, a apreciação do euro face a outras moedas, as políticas de controlo da inflação e o aumento no consumo privado. Em 2025, a China apresenta um crescimento na ordem dos 4,9%, apesar da desaceleração homóloga registada. Este crescimento, mais débil que os anos anteriores, reflete a fraca procura interna e dificuldades no setor imobiliário, parcialmente compensadas por exportações avultadas e resilientes e, ainda as tarifas aplicadas pelos EUA às exportações desse país. O Japão registou um crescimento moderado, na ordem dos 1,1%, recuperando da retração que se constatou em 2024.

O comércio internacional e investimento tecnológico mantiveram-se sólidos, destacando-se a forte expansão das exportações tecnológicas na Ásia. O investimento tecnológico continuou a representar um dos principais motores da atividade económica em 2025, refletindo ganhos significativos para as empresas associadas à Inteligência Artificial (IA) e outras tecnologias de computação avançada. O ano de 2025 foi um ano de ajustamentos de fluxos comerciais devido a tarifas comerciais e a outras medidas e mecanismos de controlo do comércio internacional que continuam a introduzir volatilidade e incerteza.

A inflação global situou-se nos 4,1%, com tendência de desaceleração, esperando-se uma convergência progressiva para a ambicionada meta dos 2%.

O desempenho positivo do crescimento global foi apoiado pela estabilização dos preços das matérias-primas e dos recursos energéticos.

As taxas de desemprego em muitas economias avançadas mantiveram-se em níveis historicamente baixos. Nos EUA, a taxa de desemprego em 2025 foi de 4,4%, enquanto na Zona Euro foi de 6,3%. A política monetária manteve-se restritiva ao longo do ano, com a Reserva Federal dos EUA a fechar dezembro de 2025 com a taxa no intervalo de 3,50% a 3,75%, condicionando a evolução dos preços. O Banco Central Europeu manteve as taxas juro diretores em 2,0%, durante a maior parte do ano, após cortes iniciados no final de 2024, refletindo a confiança na descida da inflação para perto do objetivo delineado, com o mercado a antecipar cortes graduais e a estabilização da Euribor em níveis mais baixos.

A performance dos mercados acionistas beneficiou da moderação das pressões inflacionistas não obstante as incertezas e a volatilidade dos mercados internacionais. Nos EUA, o índice S&P 500 valorizou 17,9% e o Nasdaq 21%, com o setor tecnológico a continuar a capitalizar sobre os avanços da inteligência artificial. Na Europa, o Stoxx Europe 600 e o DAX registaram subidas de 20,02% e 23%, respetivamente. O euro apreciou ligeiramente face ao dólar.

A continuidade da guerra na Ucrânia, a condição instável no Médio Oriente e o crescente choque de interesses económicos e aplicação de tarifas entre as grandes potências permanecem como ameaças significativas ao crescimento global, condicionando as perspetivas para o ano de 2026.

2.2 Conjuntura Nacional

Em 2025, a economia portuguesa manteve um desempenho robusto baseado no crescimento do Produto Interno Bruto de 1,9% face a 2024. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pela manutenção de um forte consumo privado, o crescimento no turismo e o desempenho positivo do mercado de trabalho. O setor do turismo continuou a desempenhar um papel crucial na economia nacional, com as exportações de serviços turísticos a atingirem níveis recorde. As exportações de bens em Portugal recuaram 2,9% e as importações diminuíram 5,1% no 4.º trimestre de 2025, face ao período homólogo, evidenciando uma desaceleração no final do ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

O alojamento turístico continuou a crescer de forma sólida em 2025, com mais hóspedes, mais dormidas e mais proveitos. Em novembro de 2025, o setor do alojamento turístico registou 2,2 milhões de hóspedes (+0,8%) e 5,1 milhões de dormidas (+1,0%), gerando 393,5M€ em proveitos



totais (+2,1%) e 289,3M€ em proveitos de aposento (+1,6%). Por mercados, entre janeiro e novembro de 2025, Canadá (+5,7%), EUA (+5,1%) e Alemanha (+1,2%) foram os três mercados que mais cresceram no indicador de dormidas, face a igual período de 2024, sendo que ao nível de quota de mercado, Reino Unido (17,9%), Alemanha (11,3%) e EUA (9,6%) ocupam as três primeiras posições. De acordo com o Banco de Portugal (BdP), em novembro de 2025 as receitas turísticas chegaram aos 1,5mM€, montante 2,9% superior ao registo em igual mês de 2024.

A inflação registou uma ligeira desaceleração, situando-se em 2,3% no final de 2025, refletindo a estabilização dos preços da energia, apesar da persistente subida nos produtos alimentares, nas subidas das rendas e do custo da habitação, algo que não conteve o consumo privado, que se manteve dinâmico.

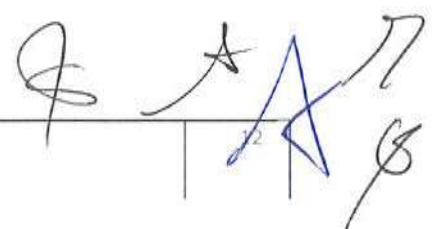
Em 2025, a taxa de juro média anual para o total de crédito à habitação fixou-se em 3,4%, cerca de 1pp abaixo dessa mesma taxa média em 2024 (4,4%). A taxa de juro implícita manteve uma trajetória de queda ao longo de 2025, marcando vários meses consecutivos de descida, impulsionada pela redução das taxas Euribor durante o primeiro semestre do ano. O peso dos juros na prestação total diminuiu, representando menos de metade do valor total da prestação no final do ano, em contraste com 2024.

O consumo das famílias mostrou-se resiliente, tendo as vendas a retalho registado crescimentos reais de sensivelmente 4,8%, em 2025. A taxa de poupança das famílias em Portugal aumentou em 2025, situando-se em cerca de 11,8% do rendimento disponível no 3.º trimestre de 2025, o valor mais elevado desde 2020.

O mercado de trabalho manteve-se dinâmico, com um aumento do emprego em 3,6%, em termos homólogos, e uma taxa de desemprego estável em 5,6%.

No que concerne às finanças públicas, o saldo orçamental registou um excedente orçamental na ordem dos 3,8% do Produto Interno Bruto, no 3.º trimestre de 2025, o que se traduz em 2.952M€, que compara com um valor de 4,9% no período homólogo.

A atividade no setor imobiliário manteve-se extremamente dinâmica em 2025, tendo sido superados vários indicadores sobre a habitação. A variação homóloga dos preços nos três primeiros trimestres de 2025, indica que, no conjunto do ano de 2025, houve um aumento de 23,4% no preço das habitações.



Apesar do desempenho positivo da economia portuguesa em 2025 e do cenário otimista sustentado no crescimento económico, persistem desafios relacionados com a necessidade de consolidar as finanças públicas e de promover a competitividade externa, num contexto de possíveis abrandamentos nas economias europeias e de crescentes conflitos geoestratégicos.

2.3 Conjuntura Regional

O ano de 2025 caracterizou-se pela relativa estabilidade, com destaque para o crescimento de alguns setores económicos, particularmente o do turismo. Os efeitos da realidade económica e geopolítica internacional, refletem-se na atividade económica também dos Açores, ainda mais agravados pelo custo da insularidade e pela dependência de mercados externos, particularmente no que respeita à energia e aos transportes/logística, inerentes às cadeias de abastecimento, afetando a confiança e o comportamento dos agentes económicos.

Em novembro de 2025, na RAA, o Indicador de Atividade Económica apresentava o valor de 1,1% e o Indicador do Consumo Privado encontrava-se na ordem dos 2.6%.

No que concerne à taxa de inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor, observou-se uma média anual de 2,1% em 2025 (em 2024 o valor foi de 2,0%), enquanto no continente português se registou, para o mesmo indicador, 2,3% em 2025 (em 2024 o valor foi de 2,5%).

No final do terceiro trimestre de 2025, a taxa de desemprego da Região atingiu 4,8%, sendo inferior à média nacional (5,8%), sendo que, em ambos os contextos, regional e nacional, as taxas de desemprego estão abaixo das observadas no período homólogo de 2024.

O turismo nos Açores retomou a sua evolução positiva após a crise da Covid-19, com destaque para os indicadores do ano de 2025. O número de hóspedes na hotelaria tradicional, alojamento local e turismo rural cresceu 3,8%, quando comparados com o período homólogo.

Em novembro de 2025, a receita em hotelaria tradicional e turismo rural cresceu 10,3%, face ao período homólogo.

O setor da construção civil, após um período de manifesto crescimento, apesar da escassez de mão de obra e do encarecimento dos materiais, revela alguma estabilidade e um ligeiro abrandamento, analisando-se, para o efeito, a construção no setor residencial.

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida no ano de 2025 desenvolveu um conjunto de actividades relacionadas com o seu objecto social com destaque para os protocolos com diversas entidades sediadas nos Açores e na Ilha de São Miguel, todas relacionadas com o terceiro sector e que constituem uma das nossas principais vertentes de atuação e social e no apoio à educação através da atribuição de bolsas de estudo a estudantes universitários do concelho de Vila Franca do Campo, que frequentam variadas universidades do País, numa colaboração contínua com a Escola Básica e Secundária Armando Cortes Rodrigues de há mais de 15 anos. No ano de 2025, procedeu-se à entrega de dois prémios de mérito escolar, mantendo-se tradição anual de concessão de apoios a estudantes do concelho de Vila Franca do Campo e que ingressam no Ensino Superior. Em 2024 e 2025, a Fundação manteve o apoio anual a nove estudantes que ingressaram no Ensino Superior, durante toda a frequência na Licenciatura e Mestrado integrado. .

A Fundação no ano de 2025 reforçou o seu propósito de manutenção, conservação e restauro do seu vasto património histórico, nesta que é uma das suas principais missões, com a continuidade do projecto estruturante iniciado em 2024 da requalificação das antigas adegas do Paço de Nossa Senhora da Vida num espaço de divulgação cultural e de realização de eventos. Nesse sentido, concluiu a venda da totalidade das 4 parcelas do terreno junto ao Museu Municipal de Vila Franca do Campo, com objectivo de aplicar essa receita na requalificação do património edificado da Fundação.

Ao nível dos rendimentos totais, a Fundação não registou qualquer actividade comercial decorrente de vendas ou prestação de serviços, pelo que a totalidade dos seus rendimentos advém da rubrica contabilística "Outros Rendimentos". Registou-se uma redução dos rendimentos obtidos em cerca de 29 mil euros (-7%) quando comparado com os valores homólogos (385 mil euros em 2025 face aos 414 mil euros registados em 2024). Os anos de 2024 e de 2025 apresentam um valor extraordinário de receitas, quando comparados com os 160 mil euros registados em 2023. Do montante registado em 2025, destaque para a rubrica de alienação de activos com cerca de 248 mil euros, donativos e consignações com cerca de 3 mil euros, sendo o valor referente às rendas de prédios rústicos e de prédios urbanos, em montante superior a 131 mil euros.



No decurso do ano de 2025 não se celebrou nenhum novo contrato de arrendamento, procedendo-se contudo à atualização dos contratos de arrendamento dos prédios rústicos e urbanos.

Estas receitas são fundamentais e integralmente direcionadas para a actividade desenvolvidas pela Fundação e para a preservação e manutenção do património histórico edificado.

A Fundação registou um incremento da sua actividade, o que se tem repercutido num crescente de volume execução financeira, consubstanciado nos rendimentos e gastos anuais, quando analisada a evolução das contas anuais no último triénio – 2023 a 2025.

O gráfico seguinte demonstra a evolução evidenciada nos últimos anos:



No ano de 2025 assistiu-se a um ligeira diminuição homóloga de 6% dos rendimentos totais da Fundação, os quais ultrapassaram os 388 mil euros anuais em 2025 (414mil euros em 2024).

Por outro lado, os gastos totais do ano de 2025, atingiram os 184 mil euros, o que representa um aumento de 14%, quando comparado com os 161 mil euros registados em 2024. O resultado líquido do exercício de 2025 foi de 204 mil euros, o que representa uma redução de 20% face aos 252 mil euros registados em 2024.

A Administração tem-se empenhado no incremento de parcerias e desenvolvimento de esforços no sentido de potenciar os activos da Fundação em novas fontes de receitas que permitam alargar as actividades no âmbito do seu estatuto e objecto social, e que se refletiram no incremento das suas actividades no ano de 2025.

A Fundação tem incrementado nos anos de 2024 e de 2025 os resultados de exploração anuais, que permitiram desenvolver um plano de investimento plurianual, e para o qual o ano de 2025 evidencia a continuidade da estratégia da Administração.

Nos últimos anos, a Fundação tem realizado um conjunto de investimentos no aumento e consolidação de infraestruturas produtivas ao ananás biológico do Paço, através do financiamento e investimentos complementares aos projectos e apoios comunitários apresentados pela Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda, da qual a Fundação é o único sócio. No ano de 2024 foram apresentadas duas candidaturas no âmbito de avisos PRR - Plano Recuperação e Resiliência, dos quais a primeira candidatura para a construção de mais uma estufa tradicional com 300m² para a produção biológica de ananás, com um custo estimado de 31.355 mil euros e uma segunda candidatura no âmbito da transição digital e modernização produtiva das explorações agrícolas, com um custo estimado de 13.766 euros. Ambas as candidaturas foram aprovadas no ultimo trimestre de 2024, com uma taxa de financiamento de 80% a fundo perdido, e com plano de investimento integralmente realizado no decurso do ano de 2025.

O apoio prestado pela Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida é essencial, não apenas para garantir o financiamento por capitais próprios e suprimentos da sua participada, como para assegurar despesas de investimento decorrentes do aumento de preços de materiais de construção e empreitadas registado nos últimos anos, bem como eventuais outras de despesas não previstas em sede de candidatura ou melhoramentos efetuados no decurso das obras, e que embora não contemplados na mesma, se revelam de uma mais valia futura.

Ultrapassada a fase de maior expansão da área de produção do ananás, superior a 6 mil m², a Administração através da Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, iniciou a fase de eficiência e modernização produtiva, com a conclusão das obras da candidatura aprovada

no âmbito do PRR para a construção de mais uma estufa de madeira e vidro, e ainda do projecto integrado de modernização e monitorização digital das condições de produção do ananás biológico. Das referidas candidaturas, todo o investimento foi concluído no ano de 2025, tendo ocorrido o recebimento dos incentivos aprovados no primeiro trimestre de 2026.

Também foi concluído em 2025, o projecto iniciado no mês de fevereiro de 2023 junto da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, para loteamento e venda de terreno urbano junto ao Museu Municipal no centro de Vila Franca do Campo. Foram celebrados contratos promessa de compra e venda dos 4 lotes, com recebimento dos respectivos sinais no ano de 2024 e realização da totalidade das escrituras no primeiro trimestre de 2025.

Conforme delineado pela Administração, a alienação de ativos não estratégicos e que não geravam quaisquer rendimentos, permitirão assegurar fontes de financiamento para re-investir em património edificado da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida inativo e que possa gerar novas fontes de receitas que a prazo irão contribuir para a sustentabilidade da Fundação e simultaneamente aumentar o seu espectro de atuação de acordo com os seus objetivos estatutários.

É o caso do projecto de requalificação das adegas localizadas junto ao Paço de Nossa Senhora da Vida, no qual se pretende transformar num espaço de exposição de espólio cultural da Fundação e realização de eventos. Para além da sua localização única, tem uma área coberta de cerca de 650 m² e permitirá realizar actividades de animação turística de cariz cultural e histórico, visitas à produção do ananás e património histórico do Paço e Ermida de Nossa Senhora da Vida e ainda eventos corporativos e lúdicos com capacidade até 250 lugares sentados.



Foto da área de intervenção do projeto de adaptação das adegas a espaço cultural e realização de eventos.

Considerando a magnitude da intervenção a realizar, foram concluídos em 2025 os projectos de arquitetura, especialidades técnicas, orçamentação e medições para orçamentação dos trabalhos de construção civil e aquisição de equipamentos técnicos, através sociedade por quotas denominada "NSV – Gestão de Eventos, Lda" participada em 51% pela Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, e que permitiu preparar candidatura a Fundos Comunitários no âmbito do Construir 2030 e realizar a exploração da actividade associada aquele espaço. A "NSV – Gestão de Eventos, Lda" foi constituída em 8 de novembro de 2024, com sede no Paço de Nossa Senhora da Vida, Ponta Garça.

O quadro abaixo detalha a natureza e montante dos trabalhos a realizar e previstos na candidatura entregue em novembro de 2025 pela NSV – Gestão de Eventos, Lda no âmbito do Construir 2030:

NSV - Lda - Candidatura por Apoio ao Investimento

Item	Designação	Ano	Mês	Invest	Elegível	Não elegível	%
1	A. Construção Civil (Reabilitação)	2026	12	536.102	536.102	0	63,1%
2	Construção Civil (Arranjos Exteriores)	2026	12	4.269	4.269	0	0,5%
3	B. Sistema de Ar Condicionado	2026	12	87.197	87.197	0	10,3%
4	C. Sistema Protecção C. Incêndios	2026	12	6.400	6.400	0	0,8%
5	D. Sistema completo de fotovoltaicos	2026	12	14.432	14.432	0	1,7%
6	E. Equipamentos (Grupo Gerador)	2026	12	18.868	18.868	0	2,2%
7	F. IFA&I - OSI	2026	12	28.438	28.438	0	3,3%
8	G. Sistemas de Som e Imagem	2026	12	4.990	4.990	0	0,6%
9	H. H. -SW + HW + Site	2026	12	30.000	30.000	0	3,5%
10	I. Copia	2026	12	12.696	12.696	0	1,5%
11	J. Fiscalização da Obra	2026	12	18.400	18.400	0	2,2%
12	K. Avaliação DNSH e MBMA	2026	12	1.900	1.900	0	0,2%
13	L. Projetos Arquitectura e Especialidades	2026	12	23.122	23.122	0	2,7%
14	Projectos Arquitectura e Especialidades	2026	12	16.925	16.925	0	2,0%
15	M. Certificação de Despesas - ROL - CI	2026	12	3.000	3.000	0	0,4%
16	N. Estudos de Investimento	2026	12	17.500	17.500	0	2,1%
17	O. Decoreação	2026	12	25.460	25.460	0	3,0%
TOTAIS				849.699	849.699	0	

O investimento a realizar ultrapassa os 850 mil euros, prevendo-se um incentivo não reembolsável a fundo perdido de sensivelmente 50% e arranque da obra no decurso do segundo semestre de 2026.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one with an asterisk.

4. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2025, a Fundação, contava com 4 trabalhadores que se encontravam distribuídos pelas seguintes funções, sendo todos os restantes voluntários e, ou não remunerados:

Encarregado geral	1
Serviços de manutenção (tempo parcial)	1
Serviços gerais / limpeza (tempo parcial)	2

Face ao ano anterior, manteve-se o número de colaboradores ao serviço da Fundação, tendo-se realizado as respectivas actualizações salariais anuais. A Fundação tem por objectivo manter o quadro de pessoal para o ano de 2026.

O vasto património imobiliário e de obras de elevado valor histórico e artístico da entidade, obriga ao constante esforço de preservação e cuidados permanentes manutenção, pelo que se acentua a importância de manter a afectação de recursos humanos à Fundação.

Paralelamente, a Fundação recorre à subcontratação de avenças na área da contabilidade, apoio administrativo, legal e outros serviços especializados.

Os órgãos sociais da Fundação não são remunerados.

5. INVESTIMENTOS

A Fundação realizou no ano de 2025 um investimento total em edifícios e outros equipamentos para a sua actividade superior a 22 mil euros, representando uma redução de 200% face ao volume de investimento registado no ano anterior (222 mil euros em 2024). De destacar que a Fundação realizou no quadriénio 2022-2025 um investimento total superior a 330 mil euros.

Estas aquisições efectuadas no exercício referem-se nomeadamente:

- Ativos fixos tangíveis:

- Equipamento Básico.....1,875€

- Investimentos financeiros: Participações de Capital:

- Prestações Suplementares de Capital – NSV – Gestão de Eventos, Lda.....21,120€

No quarto trimestre de 2025, foi aprovada candidatura no âmbito do programa Solenerge, para a instalação de painéis fotovoltaicos para produção de eletricidade para consumo no Paço de Nossa Senhora da Vida e nas instalações agrícolas de produção do ananás. O investimento proposto atinge os vinte mil euros, dos quais o financiamento é assegurado a 100% no valor de aquisição, à excepção do IVA à taxa aplicável. A realização do referido investimento decorrerá no primeiro semestre de 2026, aguardando o reembolso do incentivo até ao final do ano.

Para o próximo ano encontram-se previstos investimentos estruturantes em imóveis da Fundação, particularmente da requalificação das Adegas do Paço de Nossa Senhora da Vida, considerando o compromisso da preservação histórica e do estatuto de património edificado classificado que muitos dos imóveis são detentores.

6. EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS

Em 2025, os rendimentos totais da Fundação atingiram um valor de 388 mil euros, o que representa uma ligeira diminuição face aos 414 mil euros relativamente a 2024 (-6%).

O gráfico seguinte apresenta a composição da rubricas de rendimentos da Fundação no ano de 2025.



Ao nível dos gastos anuais, em 2025 ultrapassaram os 184 mil euros, o que representa um aumento de 14% face ao ano anterior (161 mil euros em 2024).

Quanto à estrutura dos gastos da empresa do ano de 2025, os Fornecimentos e Serviços Externos (105 mil euros anuais) representam 57% dos gastos totais, os Gastos com Pessoal (44 mil euros anuais) representam 24% dos gastos, os Outros Gastos e Perdas, com 13% (24 mil euros anuais) e Gastos de Financiamento com 1% (2 mil euros anuais).

O gráfico seguinte detalha os gastos anuais por rubricas:



O quadro seguinte apresenta a evolução das rubricas de rendimentos e gastos da Fundação nos últimos 2 anos:

Gastos e Perdas	2024	2025	Var. %
Forn. e Serviços Externos	106.067.80	105.216.95	-0.80%
Gastos com Pessoal	39,916.08	44,157.67	10.63%
Imparidades Dividas a Receber	0.00	8,690.88	a)
Depreciações	0.00	0.00	a)
Transf e Subsídios Concedidos	0.00	0.00	a)
Outros Gastos e Perdas	13,601.30	23,693.94	74.20%
Gastos e Perdas Financ.	2,251.27	2,482.35	10.26%
Totais	161,835.45	184,241.79	13.85%
Rendimentos e Ganhos			
Vendas e Prest. Serviços	0.00	0.00	a)
Subsídios à Exploração Obtidos	0.00	0.00	a)
Reversão de Imparidades	0.00	0.00	a)
Outros Rend. e Ganhos	414,322.44	385,065.00	-7.06%
Juros e Rend. Obtidos	0.00	3,480.53	a)
Totais	414,322.44	388,545.53	-6.22%

No ano de 2025 a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta o seguinte detalhe:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Subcontratos	3,940.00	3,575.00
Serviços especializados	51,287.87	45,149.25
Materiais	11,486.25	8,103.21
Energia e fluidos	10,250.87	9,009.31
Deslocações, estadas e transportes	14,994.59	13,109.22
Serviços diversos	13,257.37	27,121.81
	105,216.95	106,067.80

Tratando-se de uma Fundação Privada sem fins lucrativos que não auferе apoios estatais para a sua actividade, o financiamento das suas actividades dependente exclusivamente de receitas próprias. Nesse sentido, o esforço da Administração está orientado para o equilíbrio das contas de exploração e da capacidade de autofinanciamento capaz de manter o desenvolvimento do seu objeto social e as parcerias celebradas com outras entidades.

O desafio da Fundação coloca-se na necessidade de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com o programa de investimento, de forma a garantir a cobertura dos encargos de estrutura e assegurar a sustentabilidade da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, o que tem vindo a ser assegurado pela Administração.

7. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida registou um resultado líquido positivo no ano de 2025, no valor de 204,303.74 euros, o que representa uma redução face aos valores registados no ano anterior (252,486.99 euros).

Os Capitais Próprios à data de 31 de dezembro de 2025 são positivos e no valor de 2,943,102.90 euros, enquanto o passivo totalizava, à mesma data, o valor de 176,898.21 euros.

O quadro seguinte expressa a evolução do Capital Próprio nos anos de 2024 e de 2025:

Conta SNC	Fundos Patrimoniais	31-Dez-25	%	31-Dez-24	%	Var.% 25/24
51	Fundos	556,771.77	18.92%	556,771.77	20.33%	
55	Reservas	358,424.81	12.18%	105,937.82	3.87%	252,486.99
58	Excedente de Revalorização	1,823,602.58	61.96%	1,823,602.58	66.58%	
	Subtotal	2,738,799.16	93.06%	2,486,312.17	90.78%	252,486.99
81	Resultado Líquido do Período	204,303.74	6.94%	252,486.99	9.22%	-48,183.25
	Totais	2,943,102.90	100.00%	2,738,799.16	100.00%	204,303.74

O nível de Capitais Próprios apresentado salvaguarda a proporcionalidade entre Capital Social e Capitais Próprios, garantindo-se o cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e consubstancia num rácio de autonomia financeira superior a 94%.

Estamos perante uma entidade que denota uma estrutura financeira de balanço sólida e consolidada, quando considerado o peso dos Capitais Próprios no total do Activo líquido em 31 de dezembro de 2025.

O quadro seguinte evidencia a evolução do balanço nos anos de 2023 a 2025:

Anos	Activo	Passivo	Fundos Patrimoniais
2025	3,120,001.11	176,898.21	2,943,102.90
2024	2,942,741.53	203,942.37	2,738,799.16
2023	2,942,741.53	203,942.37	2,477,366.77

O Activo líquido totalizou o valor de 3,120,001.11 euros em 31 de dezembro de 2025, o que representa um aumento homólogo de 6%. Esta variação deve-se sobretudo ao aumento dos depósitos bancários e do activo fixo tangível, resultante da alienação de activos fixos tangíveis – terrenos.

Os depósitos bancários em 31 de dezembro de 2025 apresentavam um saldo de 379 mil euros, registando-se um aumento considerável face ao período anterior (112 mil euros em 31 de dezembro de 2024).

Quanto ao Passivo, totalizava o valor de 176 mil euros em 2025, apresentando em 2024 um valor de 203 mil euros, o que representa uma redução homóloga de 13%.

Em suma, de relevar a solidez do capital próprio face ao activo total, denotando um nível de passivo abaixo dos 6% do total do activo da Fundação.

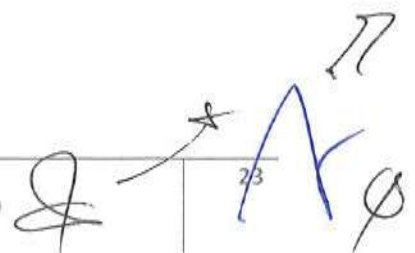
O valor em dívida de financiamentos bancários aumentou cerca de 40 mil euros, fruto do esforço em apoiar investimentos nas suas participadas para apoio ao investimento. O passivo bancário total era de cerca de 50 mil euros, dos quais 45 mil euros da conta corrente caucionada de apoio à tesouraria. Para além disso, a Fundação dos Botelhos celebrou em 2023 um contrato de locação financeira no valor de 32,325 euros para aquisição de viatura, e que representava a única dívida bancária de m/l prazo em 31 de Dezembro de 2025, no valor total de 5.949 euros .

Os valores em dívida a fornecedores, em 31 de dezembro 2024, atingiram os 19.626 euros (2.396 euros em 2024), não se registando valores em incumprimento ou mora nos prazos de pagamento.

O Passivo tem como principal rubrica a rubrica de "outras contas a pagar – não corrente", referente a entradas de detentores do capital, com natureza de m/l prazo e sem remuneração, para financiamento dos investimentos realizados pela empresa.

O Passivo bancário e o saldo de fornecedores constituem cerca de 29% e 11% do passivo total, respectivamente.

Em suma, mantém uma estrutura patrimonial e financeira consolidada, com destaque para a sustentabilidade dos níveis de capitais próprios da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida.



8. INDICADORES FINANCEIROS

Ao nível dos indicadores financeiros, que permitem avaliar a evolução da empresa, o quadro seguinte sintetiza evolução do Balanço no último biénio:

Indicadores	31 Dez 2025	31 Dez 2024	Var % 2024_25
Activo Líquido	3.120.001,11	2.942.741,53	6,02%
Passivo Bancário	50.949,42	10.557,94	382,57%
Passivo Total	176.898,21	203.942,37	-13,26%
Capitais Próprios	2.943.102,90	2.738.799,16	7,46%
Proveitos Operacionais	385.065,00	414.322,44	-7,06%
Proveitos Totais	388.545,53	414.322,44	-6,22%
Resultados Operacionais	204.303,74	252.486,99	-19,08%
Resultado Líquido Exercício	204.303,74	252.486,99	-19,08%
Cash-Flow / Meios Libertos Líquidos	204.303,74	252.486,99	-19,08%

Da análise dos indicadores financeiros, destaque para o aumento do Capital Próprio e Activo líquido, traduzindo o desempenho financeiro positivo e crescente da Fundação, assim como a consolidada estrutura financeira.

Ao nível da performance económica do ano de 2025, os valores para além de positivos revelam a geração de receitas, com reflexo no resultado positivo de 204 mil euros em 2025. Os meios libertos líquidos são consideravelmente positivos, em especial quando comparados com os proveitos totais da entidade.

Apesar do aumento do passivo bancário, destaque para a redução considerável do passivo total.

O Capital Próprio registou um aumento expressivo decorrente dos bons resultados obtidos no ano de 2025.

O quadro seguinte apresenta alguns rácios de desempenho económico e financeiro da empresa para os últimos dois anos:

Rácios de desempenho	31 Dez 2025	31 Dez 2024	Var % 2024_25
Autonomia Financeira	94.3%	93.1%	1.35%
Cobertura do Imobilizado	117%	105%	12.15%
Solvabilidade	16.64	13.43	23.89%
Liquidez Geral	626%	222%	182.54%
Liquidez Imediata	448%	111%	303.93%

Da análise dos principais rácios apresentados, destaque para a autonomia financeira, que representa o nível de capitais próprios no balanço da empresa, denotando uma elevada solidez (se consideramos 25% como valor de referência desse indicador), o que demonstra uma estrutura de financiamento equilibrada e sustentada em níveis de capitais próprios historicamente consolidados.

O rácio de cobertura do imobilizado confirma a realidade da política de financiamento dos investimentos da Fundação, considerando que os capitais permanentes (capitais próprios + passivo de m/l prazo) financiam o activo fixo, ou imobilizado da empresa (acima do valor de referência de 100% para esse indicador). Refletem a natureza da actividade sem fins lucrativos e de capital intensivo resultante do património imobiliário e histórico da entidade, sobretudo dos investimentos em activos fixos tangíveis e do horizonte mais alargado de remuneração do investimento, considerando a sua natureza sem finalidade lucrativa.

O rácio da solvabilidade é positivo (superior a 1, valor de referência para esse indicador) e revela a elevada capacidade da entidade em solver os compromissos quando comparado os capitais próprios com o passivo ou capitais alheios.

Ao nível dos indicadores de liquidez geral, o indicador revela melhoria assinalável, apesar do aumento do passivo de curto prazo, embora o ativo corrente continue a ser superior ao passivo corrente. Quanto ao rácio da Liquidez imediata, que compara o valor de depósitos bancários e caixa com o passivo total, a melhoria registada é ainda mais evidente.

A melhoria dos rácios é evidente no ano de 2025 quando comparados com os períodos homólogos, consequência das receitas com alienação de imóveis não estratégicos para a actividade da Fundação, com reflexo na redução do Passivo, no aumento dos depósitos bancários e no autofinanciamento do plano de investimentos da Fundação.

9. FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Decorrente dos Estatutos, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, no que respeita ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme consta no anexo II o relatório e parecer deste Órgão.

A Fundação não está sujeita a Revisão Legal das Contas.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, pessoa colectiva de utilidade pública, propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de 204.303,74 euros (duzentos e quatro mil, trezentos e três euros e setenta e quatro cêntimos), seja transferido para a conta de "Reservas".

11. DESAFIOS

Neste ponto o Conselho de Administração apresenta os principais desafios à gestão da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, assentes no seu objecto social e experiência de gestão.

O ano de 2025, com a continuidade do conflito Rússia-Ucrânia e o alastrar do conflito armado no médio oriente, as incertezas no paradigma económico e social a nível internacional, nacional e regional, decorrente da política internacional por parte dos Estados Unidos e coesão política entre os países União Europeia, com tendência de subida das taxas de inflação e das taxas de juro, traduz a instabilidade internacional com perspectivas de continuidade no ano de 2026, e das quais são exemplo a instabilidade política e comercial com a instituição de tarifas por parte dos Estados Unidos da América e respectivas retaliações dos países afetados.

Apesar das incertezas e contingências do contexto actual, a Região regista a inversão da tendência de elevados dos fluxos turísticos, com as dificuldades criadas com a redução de voos no inverno IATA, e do abrandamento do consumo privado, fruto do aumento do custo de vida e do ritmo lento de descida das prestações do crédito habitação. A transição de quadros comunitários de apoio tem sido outro factor estrangulador ao investimento regional, baseado em pequenas e micro

empresas e nas dificuldades resultantes da actualização da Lei de Finanças Regionais e respectivo incremento das transferências do Orçamento de Estado para as Regiões Autónomas.

Como factores potenciadores, identificam-se, de seguida, os seguintes eixos estruturantes de actuação.

11.1 Enquadramento das políticas sectoriais

As políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades, qualificação e reconversão profissional, que permitam a inclusão dos cidadãos na dinâmica da vida em sociedade e de conceitos de vida mais ativa e saudável. Assim sendo, foram delineadas estratégias e ações com o objetivo de reforçar a capacidade da comunidade em apoiar e integrar os grupos, famílias e indivíduos que enfrentam maiores dificuldades, muito embora a execução dos programas de financiamento no âmbito do Recuperar Portugal (PRR) e no Quadro Comunitário de Apoio (Açores 2030), tardem em entrar em velocidade de cruzeiro parte da maior parte das empresas e instituições.

Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento, socialmente mais inclusiva e qualificada, com o desenvolvimento da economia verde e economia azul, onde as competências digitais e a utilização de tecnologias da informação por parte das empresas regionais têm vindo a aumentar nos últimos anos. Com a entrada em vigor dos elevados envelopes financeiros previstos no âmbito do QCA (Quadro Comunitário de Apoio), aguarda-se o acesso mais fluido aos fundos como uma realidade para breve, com forte expectativa na efectiva entrada em vigor em 2025, com abertura e aprovação de candidaturas para empresas, IPSS e outras entidades do sector económico e social.

Afirmar os Açores no Mundo, implica antes de mais reconhecimento da necessidade e do direito de todas as ilhas acederem e atrainem novas oportunidades, respeitando as diferenças e criando sinergias entre si. Só assim se torna possível afirmar a identidade açoriana, os valores democráticos, e a participação política da Região no plano nacional, europeu e mundial.

As competências digitais e a utilização de tecnologias digitais por parte das empresas regionais permanecem baixas, apesar das políticas em curso. Há que promover a inclusão digital e, em particular, a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais e tecnológicas em informação e comunicações orientadas para o mercado, através do apoio à integração de tecnologias digitais em negócios e processos produtivos de micro, pequenas e médias empresas, a par da promoção do aumento da gama de serviços digitais prestados e melhoria dos acessos aos

exterior, dos quais assumem importância fundamental o novo anel de fibra óptica e ligação de cabos submarinos de nova geração.

A criação de condições tecnológicas e de acessos a sistemas de informação e comunicação de última geração, no âmbito de políticas públicas regionais e locais, revela-se cada vez mais como uma aposta e um factor chave de sucesso para fixação de empresas e de núcleos de desenvolvimento tecnológico, que permitam atrair investimento e criação de empresas no âmbito da transição digital.


Cada vez mais o desenvolvimento de iniciativas promocionais dos Açores como Região atrativa nos domínios económico, turístico e cultural, visando paralelamente as ações nas áreas da cultura e da preservação da identidade açoriana na diáspora, potenciando assim a dimensão intergeracional das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

11.2 Quadro Comunitário de Apoio/Plano de recuperação e resiliência

O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de âmbito nacional, disponível no âmbito do *Next Generation EU*, tem como propósito apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro. Com um período de execução que se aproxima rapidamente até ao final do ano de 2026, visa implementar uma estratégia de crescimento económico sustentado e a convergência com a Europa ao longo da próxima década, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Recuperar Portugal, está alinhado com os seis pilares relevantes da estratégia europeia 2030:

- Transição verde;
- Transformação digital;
- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, e um Mercado Único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes;
- Coesão social e territorial;
- Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises;
- Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e competências.



O PRR estrutura-se em três dimensões: a resiliência, a transição climática e a transição digital.

A dimensão Resiliência visa estimular uma retoma consequente, inclusiva e duradoura face a um severo choque exógeno, com bases robustas que preparem o país e as regiões para choques futuros, com investimentos em três prioridades: Vulnerabilidades Sociais, Potencial Produtivo e Emprego.

A dimensão da Transição Climática desenvolve-se essencialmente ao nível da mitigação, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera. Contempla investimentos em três prioridades incluídas nos roteiros relativos a Mobilidade Sustentável, Descarbonização e Bio economia, e Eficiência Energéticas e Renováveis.

A dimensão da Transição Digital reconhece a existência de constrangimentos a ultrapassar nesta área, nomeadamente quanto à capacitação para a digitalização, e para assegurar uma aceleração da transição para uma economia e sociedade mais digitalizadas, os investimentos visam três prioridades traduzidas nos roteiros da Escola Digital, Empresas e Administração Pública Digital.

O Governo Regional dos Açores já iniciou várias fases de candidaturas ao CONSTRUIR 2030, aguardando-se de forma mais célere e continuada a aprovação e disponibilização dos apoios às empresas como factor de dinamização económica e potenciadora de investimentos produtivos, de modernização tecnológica e digital, e de eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, o CONSTRUIR 2030 previa disponibilizar um montante de 360 milhões de euros, sendo uma medida que se pretende aliar o investimento físico nos Açores à qualificação e contratação dos açorianos, considerando a importância no financiamento da economia e políticas governamentais ao nível social, empresarial e do investimento público e privado nos Açores.

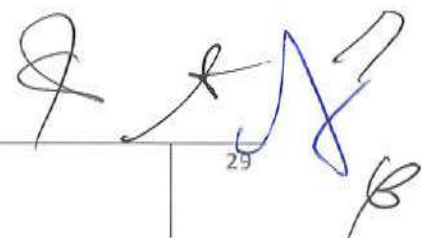
Fontes:

[RecuperarPortugal-PRRAD&Coesão- Portugal 2030](#)

[DREC – Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade – CONSTRUIR 2030](#)

11.3. Plano de Actividades para 2026

O desenvolvimento económico dos Açores, a criação de emprego, a qualificação dos recursos humanos e a fixação das populações passam necessariamente pelo investimento público e privado. Com a execução e operacionalização de medidas de fomento no âmbito do PRR, de demonstra taxas reduzidas de execução, e do QCA 2030, o ano de 2026 afigura-se como uma



derradeira oportunidade para financiamento de investimentos estratégicos do País e dos Açores, para a qual a instabilidade política nacional revela-se como mais um constrangimento.

Neste âmbito, os sistemas de incentivos ao investimento privado e às instituições de economia social constituem um instrumento fundamental de política económica, facilitando a adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade, acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direção a novos perfis de especialização, com particular foco em prioridades de desenvolvimento sustentado como integração social, igualdade de oportunidades, qualificação profissional e transição energética e digital.

Nesse sentido, a Fundação projectou alguns investimentos estruturantes, no âmbito das energias renováveis, já candidatados ao programa Solenerge e ao Construir 2030, na política de recuperação e adaptação funcional de algum do seu património histórico, e que pretende desenvolver a curto prazo, permitindo aumentar a capacidade de gerar receitas próprias, recuperar e manter património histórico e cultural.

A política de actuação da Fundação seguirá no sentido de aliar a sua actividade histórica de apoio social, reforçando apoios à qualificação superior de jovens (bolsas de estudo de licenciaturas e mestrado) e na recuperação de património edificado, orientando as suas receitas próprias nesse sentido, e possibilitando o acesso de entidades associadas e parceiras a fundos estruturais que permitam o desenvolvimento sustentado e harmonioso de actividade de inclusão, qualificação e bem-estar social das populações.

Assim, e para além de permitir a distribuição de apoios a jovens e instituições, é objectivo fomentar parcerias existentes no âmbito do empreendedorismo, através de entidades protocoladas, cujo protocolo celebrado para a capacitação e formação de empreendedores permite o acesso a públicos com necessidade de apoios a plataformas e programas de financiamento comunitário ou entidades de acolhimento e de aceleradores de start-up.

Considerando o vasto e valioso património edificado e classificado, nomeadamente os imóveis como o Solar dos Botelhos (pólo museológico da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo), o Convento de Santo André e o Paço de Nossa Senhora da Vida, bem como a participação societária no Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA, este horizonte de acção assume importância estratégica quer na vertente dos eventos como da celebração de parcerias e programas de intervenção no património edificado, preservando a sua história e contributo para a sociedade dos Açores.

Por fim, expressar o apoio a iniciativas de acolhimento, inclusão social, divulgação cultural e desenvolvimento educacional, com protocolos de colaboração e eventos de integração no mercado de trabalho de jovens no concelho de Vila Franca do Campo, e para os quais a Fundação pretende expressar o seu apoio financeiro e institucional, e para os quais irá acompanhar no âmbito de medidas de acção eficazes no apoio às necessidades desses cidadãos.

O Conselho de Administração



Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho (Visconde Botelho)
Presidente



Eng.º Gonçalo Vaz de Machete Gago da Câmara do Botelho
Vogal e 1º Mandatário



Dr. Miguel António de Machete Gago da Câmara do Botelho
Vogal e 2º Mandatário

Dr.ª Ana Maria Sousa Ponte

Vogal e Tesoureiro



Professor Doutor António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal

Vila Franca do Campo, 23 de Abril de 2026





**FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS
DE
NOSSA SENHORA DA VIDA**

**ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



ANO DE 2025

Vila Franca do Campo, Abril de 2026

Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida
Balanço em 31 de Dezembro de 2025

Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5, 7	2,282,498.37	2,432,661.69
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros - Participações de Capital	13	306,192.00	285,072.00
Outros créditos e ativos não correntes	13	186.57	179.88
		2,588,876.94	2,717,913.57
Activo corrente			
Clientes	13	1,269.63	6,887.29
Estado e outros entes públicos	12./17		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17	126,075.27	76,950.90
Outras contas a receber	17	23,581.56	27,844.67
Diferimentos		604.24	748.42
Caixa e depósitos bancários	13	379,593.47	112,396.68
		531,124.17	224,827.96
Total do activo		3,120,001.11	2,942,741.53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	556,771.77	556,771.77
Reservas	14	358,424.81	105,937.82
Excedentes de revalorização	14	1,823,602.58	1,823,602.58
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais			
		2,738,799.16	2,486,312.17
Resultado líquido do período		204,303.74	252,486.99
Total dos Fundos Patrimoniais		2,943,102.90	2,738,799.16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7./13	3,306.45	8,044.04
Outras dívidas a pagar	13	88,804.65	94,491.68
		92,111.10	102,535.72
Passivo corrente			
Fornecedores	13	19,626.34	2,396.53
Estado e outros entes públicos	12./17	796.55	962.37
Financiamentos obtidos	13	47,642.97	2,513.90
Outros passivos correntes	17	16,721.25	95,533.85
		84,787.11	101,406.65
Total do passivo		176,898.21	203,942.37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,120,001.11	2,942,741.53

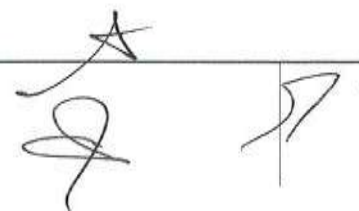
O Contabilista Certificado



OCC 62285

O Conselho de Administração






Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida
Demonstração dos Resultados por Naturezas

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Fornecimentos e serviços externos	17	-105,216.95	-106,067.80
Gastos com o pessoal	17	-44,157.67	-39,915.08
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-8,690.88	
Outros rendimentos	17	385,065.00	414,322.44
Outros gastos	17	-23,693.94	-13,601.30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203,305.56	254,738.26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		203,305.56	254,738.26
Juros e rendimentos similares obtidos	17	3,480.53	0.00
Juros e gastos similares suportados	17	-2,482.35	-2,251.27
Resultado antes de impostos		204,303.74	252,486.99
Imposto sobre o rendimento do período	13		
Resultado líquido do período		204,303.74	252,486.99

O Contabilista Certificado



62285

O Conselho de Administração

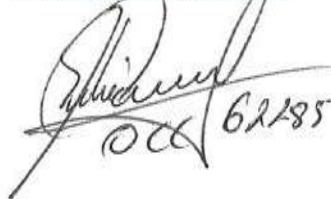


Georgina Madueh Botelho
Rogério Roberto Botelho
José Porto

Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida
Demonstração dos Resultados por Funções

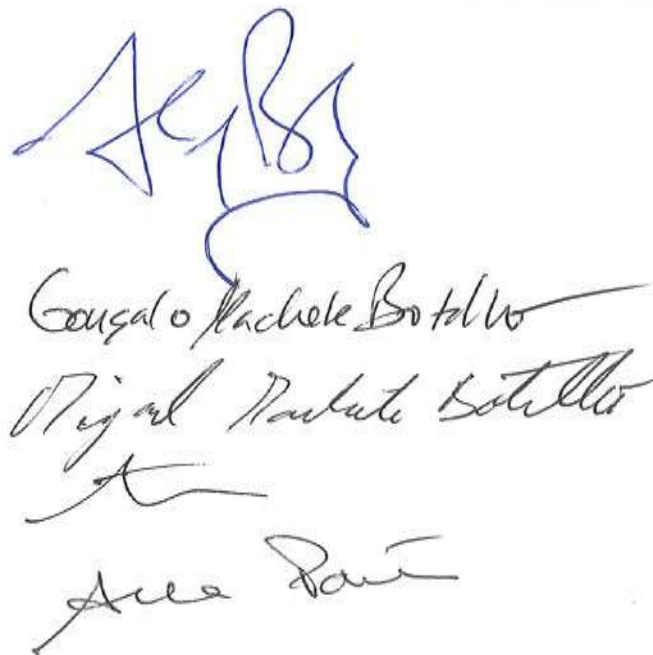
		Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0.00	0.00
Resultado bruto		0.00	0.00
Outros rendimentos		385,065.00	414,322.44
Gastos de distribuição		0.00	0.00
Gastos administrativos		-9,338.00	-8,816.00
Gastos de investigação e desenvolvimento		0.00	0.00
Outros gastos		-172,421.44	-150,768.18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		203,305.56	254,738.26
Gastos de financiamento (líquidos)		998.18	-2,251.27
Resultado antes de impostos		204,303.74	252,486.99
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		204,303.74	252,486.99

O Contabilista Certificado



000 62285

O Conselho de Administração



Gonzalo Pacheco Botelho
 Miguel Duarte Botelho
 Ana Duarte

Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2025

Euros

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos Fundos Patrimoniais			
Posição no início de 2024	1	556,771.77		96,992.42			1,823,602.58		8,945.40	2,486,312.17
Saldo inicial reexpresso		556,771.77		96,992.42			1,823,602.58		8,945.40	2,486,312.17
Alterações no Período										
Aplicação dos resultados de 2023				8,945.40					-8,945.40	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	14			8,945.40					-8,945.40	
Resultado Líquido do Período	2								252,486.99	252,486.99
Resultado Extensivo	3								243,541.59	252,486.99
Operações com Instituidores no período	4 = 2+3									
	5									
Posição no fim de 2024	6 = 1+2+3+5	556,771.77		105,937.82			1,823,602.58		252,486.99	2,738,799.16
Posição no início de 2025	6	556,771.77		105,937.82			1,823,602.58		252,486.99	2,738,799.16
Alterações no Período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico				252,486.99					-252,486.99	
Aplicação dos resultados de 2024									-252,486.99	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	14									
Resultado Líquido do Período	7								204,303.74	204,303.74
Resultado Extensivo	8								-48,183.25	204,303.74
Operações com Instituidores no período	9 = 7+8									
	10									
Posição no fim de 2025	11 = 6+7+8+10	556,771.77		358,424.81			1,823,602.58		204,303.74	2,943,102.90

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



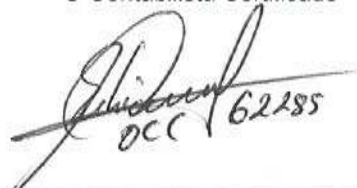
Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida

Demonstração de Fluxos de Caixa

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2025	31 Dez 2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes e utentes		49,588.48	151,043.49
Recebimentos de subsídios à exploração			
Pagamentos de Apoios		-6,650.00	-1,500.00
Pagamentos de Bolsas		-5,470.00	-5,100.00
Pagamentos a fornecedores		-87,987.14	-109,692.16
Pagamentos ao pessoal		-44,167.56	-39,479.62
Caixa gerada pelas operações		-94,686.22	-4,728.29
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		1,780.41	-619.11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-92,905.81	-5,347.40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1,875.13	-48,904.10
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-21,120.00	-617.90
Outros activos			
		-22,995.13	-49,522.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		400,000.00	170,000.00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
		400,000.00	170,000.00
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		377,004.87	120,478.00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		45,000.00	
Outras operações de financiamento			14,420.62
		45,000.00	14,420.62
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4,608.52	-14,352.90
Juros e gastos similares		-2,482.35	-2,251.27
Outras operações de financiamento		-54,811.40	-6,751.17
		-61,902.27	-23,355.34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-16,902.27	-8,934.72
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		267,196.79	106,195.88
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	112,396.68	6,200.80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	379,593.47	112,396.68

O Contabilista Certificado



OCC 62285

O Conselho de Administração



Gonçalo Rodrigues Botelho
Miguel António Botelho



FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS
DE
NOSSA SENHORA DA VIDA

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2025

A handwritten signature in blue ink is written over the date '13/8'. The signature is stylized and appears to be 'A. A. S.'. The date '13/8' is written in the bottom right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS	TEMA	PÁGINA
NOTA 1	Identificação da entidade	40
NOTA 2	Referencial contabilístico de preparação das D.F.	41
NOTA 3	Principais políticas contabilísticas	41
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das D.F.	41
3.2	Outras políticas contabilísticas	42
3.2.1	Ativos Fixos Tangíveis	42
3.2.2	Capitalização de custos dos empréstimos e outros custos	43
3.2.3	Subsídios governamentais	43
3.2.4	Ativos Intangíveis	43
3.2.5	Locações	44
3.2.6	Inventários	45
3.2.7	Contas a receber	45
3.2.8	Rendimentos e gastos	46
3.2.9	Impostos sobre rendimentos	46
3.2.10	Caixa e equivalentes de caixa	46
NOTA 4	Políticas contabilísticas, alterações e erros	46
4.1	Principais pressupostos relativos ao futuro	46
4.2	Principais fontes de incertezas estimativas	48
NOTA 5	Ativos Fixos Tangíveis	50
NOTA 6	Ativos Intangíveis	50
NOTA 7	Locações	50
NOTA 8	Inventários	51
NOTA 9	Rédito	51
NOTA 10	Provisões, Passivos e Ativos contingentes	52
NOTA 11	Subsídios e apoios do Governo	53
NOTA 12	Impostos sobre o rendimento	53
NOTA 13	Ativos e Passivos Financeiros	54
NOTA 14	Fundos Patrimoniais-Capital Próprio	57
NOTA 15	Acontecimentos após a data do Balanço	57
NOTA 16	Divulgações exigidas por diplomas legais	58
NOTA 17	Outras informações	59

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

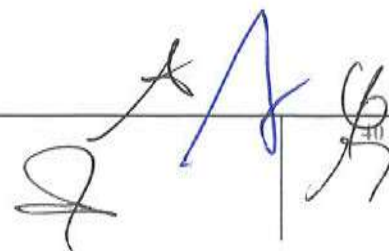
A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida foi constituída pelo Eng. José Honorato Gago da Câmara de Medeiros, Visconde do Botelho em agosto de 1952. Tem sede no Paço de Nossa Senhora da Vida, nº 4, Ponta Garça Vila Franca do Campo.

Antes da constituição da Fundação já existia no seio desta família um elevado sentimento de solidariedade que se concretizava na atribuição de bolsas de estudo, de subsídios para a aquisição de equipamento hospitalar e outras ajudas (pensões pela Páscoa e pelo Natal) a pessoas privadas de meios de subsistência.

A Fundação sustentada por um vasto legado do Visconde do Botelho foi constituída no Paço de Nossa Senhora da Vida, sede da Instituição que representa um valioso património histórico com prédios urbanos em Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, 50% das ações da Cinaçor (actualmente participação de 2% no Capital Social do Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA) e por prédios rústicos - terras de cultivo nos Concelhos de Vila Franca do Campo e da Povoação. Com a receita sobretudo dos seus prédios rústicos e dádivas da própria família, a Fundação prossegue as ações de solidariedade iniciadas pelo Senhor Visconde do Botelho.

A Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida é uma pessoa coletiva de utilidade pública, encontra-se devidamente registada como Fundação ativa no Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores - Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social dos Açores e sempre prescindiu de qualquer apoio financeiro oficial do Estado para o seu funcionamento. Em 2007 foi condecorada com a Medalha de Mérito da União das Misericórdias Portuguesas como reconhecimento do importante contributo para a sociedade Micaelense.

As referências que se seguem com a designação de "Fundação", "Sociedade", "Entidade" e "Empresa", deverão entender-se como referindo-se à FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA.



NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - A Fundação apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovou o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), conjugado com as Portaria n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de março e do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho e Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

2.2 - Não foram derogadas nas demonstrações financeiras, quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3- Não existem situações em que as rubricas não possam ser comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 - Foram adoptados pela primeira vez as NCRF, não tendo, por tal circunstância, havido afetação da posição financeira e o seu desempenho financeiro, tendo-se considerado na transição as situações de reconhecimento, desconhecimento, reclassificação e mensuração

2.5 - Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3. 1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos, propriedades de investimento, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda, que venham a ocorrer, serão registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.2-Outras políticas contabilísticas:

3.2.1- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da Fundação, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de janeiro de 2010, a Fundação decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas por regra segundo o método das quotas constantes (método linear) e de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Considerando o património histórico e cultural da entidade, não se procede historicamente ao cálculo de depreciações do exercício.

3.2.2 – Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde a média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.2.3 – Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Fundação irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

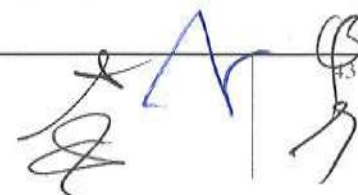
Os subsídios que compensam a Fundação pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a Fundação por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

3.2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Fundação irão ser registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o



valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software serão capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Fundação necessárias à sua implementação.

Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela Fundação, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Direitos de representação

Os direitos de representação (Franchise) serão registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil da concessão, o qual atualmente não ultrapassa os 5 anos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas a propriedade industrial e outros direitos serão calculadas com base no método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

3.2.5 - Locações

A sociedade classificará as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são

transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Fundação à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.2.6 – Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

3.2.7 - Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.8 - Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.9 - Impostos sobre rendimentos

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, a data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A Fundação encontra-se isenta de IRC nos termos dos Artigos 10.º e 11.º do CIRC.

3.2.10 - Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

NOTA 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente as utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Porem, por força da aplicação obrigatória do Decreto-Lei n.º 36- A/2011, de 9 de março, que aprovou o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), conjugado com as Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de março e do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, foram efetuados alguns ajustes no Plano de Contas da Fundação.

4.1. – Principais pressupostos relativos ao futuro:

Gestão de Risco Financeiro

4.1.1.- Riscos de Mercado

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a) A volatilidade nos resultados da entidade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- b) Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respetiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- c) A contratação de qualquer estrutura de cobertura tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da entidade relativamente a mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica e monitorização da exposição que permita uma adequação da condições de mercado real exposição da entidade de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultado da entidade.

4.1.2- Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade.

A gestão de risco da entidade esta estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

1. As particularidades do perfil de clientes associadas a cada um dos negócios;
2. A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, a natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
3. Uma regular monitorização das contas de cliente;
4. O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de

uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;

5. O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

4.1.3 - Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

4.2 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela entidade são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade ea sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela entidade, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e

fatos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A Fundação não se encontra sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com os artigos 10.º e 11.º do CIRC por ser uma Instituição de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, incluída no ramo do setor da solidariedade social, consignado no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Tal como é referido na Nota 1, a FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS NOSSA SENHORA DA VIDA, com o seu âmbito de ação na Ilha de São Miguel, tem como objetivos a atribuição de bolsas de estudo, de subsídios para a aquisição de equipamento hospitalar e outras ajudas (pensões pela Páscoa) a pessoas privadas de meios de subsistência.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Fundação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Fundação de que não haverá lugar a correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras, considerando a isenção atrás descrita.

Benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

A Nota 17 - Outras Informações – 17.7 Benefícios a empregados, contém informações complementares sobre o tema.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF7)

A variação verificada nessa rubrica foi a seguinte para os anos de 2024 e de 2025:

31 de Dezembro de 2024							
Rúbricas	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Alienações	Transf. / Abates	Revalorização	Saldo em 31-Dez-24	Valor Líquido
Activos							
Terrenos e Recursos Naturais	8.035,58		-103,20			7.932,38	7.932,38
Edifícios e outras construções	2.185.888,11					2.185.888,11	2.185.888,11
Equipamento básico	12.275,38	3.575,98				15.852,36	15.852,36
Equipamento de transporte	46.024,68					46.024,68	46.024,68
Equipamento administrativo	24.925,71					24.925,71	24.925,71
Outros activos fixos tangíveis							
Investimentos em curso		210.250,00	-67.220,55			152.038,45	152.038,45
	2.277.150,46	222.834,98	-67.323,75			2.432.661,69	2.432.661,69

31 de Dezembro de 2025							
Rúbricas	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Alienações	Transf. / Abates	Revalorização	Saldo em 31-Dez-25	Valor Líquido
Activos							
Terrenos e Recursos Naturais	7.932,38					7.932,38	7.932,38
Edifícios e outras construções	2.185.888,11					2.185.888,11	2.185.888,11
Equipamento básico	15.852,36	1.875,13				17.727,49	17.727,49
Equipamento de transporte	46.024,68					46.024,68	46.024,68
Equipamento administrativo	24.925,71					24.925,71	24.925,71
Outros activos fixos tangíveis							
Investimentos em curso	152.038,45		-152.038,45				
	2.432.661,69	1.875,13	-152.038,45			2.282.498,37	2.282.498,37

O valor registado em "alienações" refere-se aos 3 lote de terreno em Vila Franca do Campo, registados aos preços de custo histórico.

NOTA 6 - ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF6)

A Fundação não reconheceu no ano de 2024 e de 2025 Ativos Intangíveis.

NOTA 7 - LOCAÇÕES (NCRF 9)

Em 2023, procedeu à aquisição de viatura nova da marca Hyundai Tucson, através de operação de locação financeira e que à data de 31 de dezembro de 2025 apresentava o seguinte saldo:

Locações

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	Custo de aquisição	Total Pago	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento transporte	32.324,68	26.375,26	32.324,68
Outros activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
	32,324,68	26,375,26	32,324,68

NOTA 8 – INVENTÁRIOS (NCRF18)

A existirem, os inventários seriam mensurados pelo custo, incluindo todos os custos de compra, como sejam: (a) O preço de compra; (b) Direitos de importação e outros impostos; (c) Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis a aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços; (d) Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

Nas quantias que se viessem a ser escrituradas não se considerariam quaisquer ajustamentos, nem reversão de ajustamentos, nem seriam dados inventários como "penhor de garantia a passivos".

Sendo a atividade da Fundação de âmbito social, cultural e recreativa, a mesma não se dedica à compra e venda de mercadorias destinadas a venda e por tal fato não existem registos de Inventários. Consequentemente, não foram registadas quaisquer variações no que respeita a inventários.

NOTA9 – RÉDITO (NCRF20)

O conceito de rédito traduz-se no influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumento de capital próprio, que não sejam relacionados com contribuições de participantes no capital próprio, dos quais já foram veiculados exemplos, nomeadamente, vendas, prestação de serviços e juros.

O reconhecimento do rédito proveniente da venda de bens deve ocorrer quando:

- For transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantiver o controlo efetivo dos bens vendidos, e ou envolvimento continuado na gestão (associação ao grau de posse);
- A quantia do rédito puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou serem incorridos referentes a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito proveniente da prestação de serviço deve ocorrer se:

- O desfecho de uma transação, na fase de acabamento à data do Balanço puder ser estimado com fiabilidade;
- O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, mas os custos incorridos forem

recuperáveis (reconhece-se até ao valor dos custos recuperáveis);

- O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, e os custos incorridos não forem recuperáveis (reconhece-se por um valor nulo).

Da mesma forma, o rédito proveniente do uso por terceiros de ativos que produzam juros, dividendos e royalties deve ser reconhecido se for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade. Nestes casos, o rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- Juros (utilizar o método do juro efetivo);
- Royalties (regime do acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante);
- Dividendos (quando for estabelecido o direito do accionista a receber o pagamento).

Pelo exposto e considerando que o desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade, dependendo dos seguintes fatores:

- (a) a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- (b) for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (c) a fase de acabamento à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- (d) os custos incorridos com a transação ou a serem incorridos para a concluir possam ser mensurados com fiabilidade.

Não tendo a Fundação realizado operações com tais características, não foram reconhecidos no exercício, réditos pela venda de bens ou prestação de serviços.

NOTA 10 - PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTIGENTES (NCRF21)

As provisões podem ser distinguidas de outros passivos tais como contas a pagar e acréscimos comerciais, na medida em que se caracterizam pela existência de incerteza acerca da tempestividade ou da quantia dos dispêndios futuros necessários para a sua liquidação, enquanto:

- As contas a pagar comerciais são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor;
- Os acréscimos são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo quantias devidas a empregados (por exemplo, quantias relacionadas com pagamento acrescido de

férias).

Todas as provisões são contingentes porque são incertas na sua tempestividade ou quantia. O termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade.

Não foram reconhecidos no exercício de 2025, Ativos e Passivos contingentes.

NOTA 11 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO (NCRF22)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, a Fundação no âmbito da sua actividade, não recebeu qualquer subsídio ou outro apoio público.

NOTA12 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (NCRF25)

Imposto corrente

O imposto corrente, considerado como sendo a quantia a pagar sobre o rendimento respeitante ao lucro tributável e nulo, pelo fato da FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA, estar isenta de IRC nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Código do IRC (Nota 4).

A variação verificada no Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro foi a seguinte:

Rubrica	31-Dez-25	31-Dez-24
Total dos Rendimentos do Período	385,065.00	414,322.44
Total dos Gastos do Período	184,241.79	161,835.45
Resultado Contabilístico Antes de Impostos	200,823.21	252,486.99
Correções Fiscais		
Acréscimos		
Deduções		
Total das Correções Fiscais		
Lucro Tributável		
Cálculo do Imposto		
Taxa de IRC Aplicável		
Derrama Municipal		
Tributações Autónomas		
Total do Imposto Corrente do Período		
Retenções na Fonte		
Pagamento por Conta		
Total Imposto a Recuperar		
Total Imposto a Pagar		

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Entende-se por Ativo Financeiro qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade - ações;
- (c) Um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade;
- (d) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Derivado- e um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes:

- (1) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada "subjacente");
- (2) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante as alterações nos fatores de mercado;
- (3) É liquidado numa data futura. Como exemplos de instrumentos derivados podemos referir os futuros, os forwards, as opções, os swaps, entre outros.

Não havendo na empresa, Ativos Financeiros com tais requisitos, a Fundação não prescreveu qualquer tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação, não havendo por isso qualquer reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos financeiros.

13.1 Caixa e depósitos bancários

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários incluem:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Caixa		
Depósitos à ordem	4.316,06	12.396,68
Depósitos à prazo	375.277,41	100.000,00
	379.593,47	112.396,68

13.2 Investimentos financeiros

O valor em Investimentos Financeiros – Participações de Capital, no valor de 306,192.00€, resulta das participações financeiras no capital social das seguintes empresas:

Participações	Capital Social	NIPC	Natureza	N.º Titulos	Valor
Teatro Micaelense-Centro Cultural e de Congressos, S.A	12.244.143,50	512158695	Ações	39.700,00	209.460,00
Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda	75.000,00	513740538	Quotas	1,00	75.000,00
NSV - Gestão de Eventos, Lda	1.200,00	518352293	Quotas	1,00	21.732,00
					306.192,00

No ano de 2018, a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, aumentou a sua participação no Capital Social da Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda., passando a sua quota de 30,000.00 € para a quantia de 75,000.00 €, através de aumento de capital em dinheiro.

Por força das participações no capital social da Sociedade Agrícola Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda e da NSV – Gestão de Eventos, Lda., das quais a Fundação é sócia, e de forma a garantir a realização de plano de investimentos têm sido efetuados financiamentos/suprimentos e prestações suplementares às referidas sociedades.

De acordo com os registos contabilísticos, à data de 31 dezembro de 2025, a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, é credora da quantia de 126.075,27 euros (76.950,90 euros em 31 de Dezembro de 2024), junto da Sociedade Agrícola Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda, conforme nota 17.

No mês de Novembro de 2024, foi constituída a sociedade por quotas "NSV- Gestão de Eventos, Lda", na qual a Fundação é o maior sócio com 51% do Capital Social da sociedade, com uma quota no valor de 612 euros, integralmente realizada em dinheiro.

De acordo com os registos contabilísticos, à data de 31 dezembro de 2025, a Fundação dos Botelhos

de Nossa Senhora da Vida, é credora da quantia de 12.101,95 euros (390,00 euros em 31 de Dezembro de 2024), junto da NSV – Gestão de Eventos, Lda, conforme nota 17. Foram ainda realizadas no ano de 2025 prestações suplementares de capital pela Fundação na NSV – Gestão de Eventos, Lda no valor de 21.120 euros, de forma a garantir as condições de acesso da candidatura ao Compete Açores 2030 – Negócios Estruturantes.

Encontrava-se ainda registado em “Outros créditos e activos não correntes ” o correspondente à rubrica 41 – Outros Investimentos financeiros, no total de 186.57€, referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, cujas contribuições cessaram em Maio de 2023.

O saldo em 31 de Dezembro de 2025, referente ao Fundo de Compensação do Trabalho era:

Participações	Ao Justo valor	Ao Custo	Total	Perdas por Imparidade	Saldo
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho		186.57	186.57		186.57
		186.57	186.57		186.57

13.3 Clientes

A rubrica de Clientes em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		1,269.63		6,887.29
Clientes de cobrança duvidosa				
		1,269.63		6,887.29
Perdas por imparidade acumuladas				
		1,269.63		6,887.29

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Clientes Gerais	Partes	Clientes Gerais	Partes
Clientes				
Clientes conta corrente	1,269.63		6,887.29	
Clientes de cobrança duvidosa				
	1,269.63		6,887.29	

O valor registado na rubrica 21 – Clientes, no montante de 1,269.63 euros resulta do valor por receber de rendas de terrenos rústicos e encontram-se no normal prazo de pagamento.

13.4 Fornecedores

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Fornecedores conta corrente	19.626,34	2.396,53
	19.626,34	2.396,53

Os valores em dívida não se encontram em mora.

13.5 Financiamentos Obtidos

O detalhe da rubrica de "Financiamentos obtidos" em 31 de dezembro de 2025 apresenta o seguinte detalhe:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Financiamentos Bancários		45.000,00		
Contas correntes caucionadas		2.642,97		
Locações Financeiras	3.306,45		8.044,04	2.513,90
Outros Financiamentos				
	3.306,45	47.642,97	8.044,04	2.513,90

O valor em dívida em locações financeiras resulta da aquisição de viatura no ano de 2023 (nota 7), e tem um prazo de reembolso de 4 anos (2027).

NOTA 14 – FUNDOS PATRIMONIAIS (CAPITAL PRÓPRIO)

Os Fundos Patrimoniais (anteriormente designados por Capitais Próprios) da FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA, à data de 31 de dezembro de 2025, são positivos na quantia de 2,943,102.90 euros, apresentando a seguinte composição:

Conta SNC	Fundos Patrimoniais	31-Dez-25	%	31-Dez-24	%	Var.% 25/24
51	Fundos	556.771,77	18,92%	556.771,77	20,33%	
55	Reservas	358.424,81	12,18%	105.937,82	3,87%	252.486,99
58	Excedente de Revalorização	1.823.602,58	61,96%	1.823.602,58	66,58%	
	Subtotal	2.738.799,16	93,06%	2.486.312,17	90,78%	252.486,99
81	Resultado Líquido do Período	204.303,74	6,94%	252.486,99	9,22%	-48.183,25
	Totais	2.943.102,90	100,00%	2.738.799,16	100,00%	204.303,74

NOTA15 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração considera que, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas e a estrutura de rendimentos da Fundação existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações da Entidade, apesar da incerteza internacional, da

elevado preço dos combustíveis e das perspectivas de aumento da inflação e das taxas de juro. Nestes termos e não existindo alterações de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à inclusão desta nota no anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2025.

NOTA 16 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

16.1 – Artigos 66.º A e 508.º F do Código das Sociedades Comerciais

Não estando a Fundação sujeita a Revisão Legal de Contas, não existiram pagamentos a Revisores Oficiais de Contas ou órgãos de fiscalização da entidade.

16.2 - Artigo 210.º do Código Contributivo

De acordo com o disposto no Artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a que se refere a Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto – Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, pelas Leis n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, declara-se que a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2025.

16.3 - DL n.º 534/80 de 7 de novembro

À data do balanço a FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA não era devedora ao Estado de quaisquer contribuições e impostos.

16.4 – Contratos de apoio governamentais e autárquicos

A FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA é uma Fundação sem fins lucrativos, regulada pelo Artigo 167.º a 184.º do Código Civil, Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (DL n.º 119/83, de 25-2, com alterações pelos Decretos Leis n.º 89/85, de 1-4, 402/85, de 11-10, e 29/86, de 19-2) e pelos seus próprios Estatutos, sendo uma Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Conforme foi referido na Nota 1, a FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS DE NOSSA SENHORA DA VIDA exerce a sua atividade sem fins lucrativos, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, nos termos do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, aplicado a Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo

Regional n.º 26/84/A, de 28 de Agosto, tendo por isso a natureza de pessoa colectiva de utilidade pública, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto - Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 - Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, aprovou o Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), o qual passou a vigorar a partir de 01-01-2011, sendo a sua obrigatoriedade a partir de 01-01-2012.

Assim sendo as contas da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, passam a ser prestadas no âmbito do novo Regime, sendo as suas Demonstrações Financeiras e os respetivos Códigos de Contas preparadas em conformidade com as Portarias 105 e 106/2011 de 14 de março. Pela sua importância, as Demonstrações Financeiras incluem, para além do Balanço e da Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Resultados por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais (anteriormente designado por Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios).

17.2.- Enquadramento normativo actual

A Diretiva 2013/34/EU, designada por "Diretiva da Contabilidade", foi aprovada a 26 de junho de 2013 e tinha como prazo de transposição o dia 20 de julho de 2015. Esta diretiva tem como principal objetivo a "eliminação da burocracia e a melhoria do quadro regulamentar para as pequenas e médias empresas, assim como a simplificação dos procedimentos de relato financeiro".

A transposição da Diretiva da Contabilidade para o normativo português ocorreu a 2 de junho, com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015. Este diploma altera e republica o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, assim como introduz as alterações necessárias ao Código das Sociedades Comerciais. Além disso, revogou os artigos respeitantes à normalização contabilística das ESNL, a não derrogação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de maio, que institui (como atrás se referiu) o regime contabilístico para as micro entidades e entidades do setor não lucrativo (ESN).

As entidades do setor não lucrativo (ESNL) distinguem-se das restantes entidades pelo fato de o seu financiamento poder derivar do próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas.

Além disso, estas entidades têm particularidades bastante específicas no que toca aos utilizadores da informação financeira. Estes são as entidades que entregam recursos (quotas, legados e donativos) e

ainda os credores, pessoas que realizam prestações gratuitas, Governo e Administração Pública.

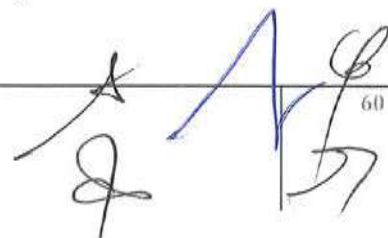
As entidades do setor não lucrativo (ESNL) passaram a estar incorporadas no Sistema de Normalização Contabilística pelo novo SNC, o referido Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, complementado pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

As ESNL passam a reger-se pela legislação geral, sendo que esta norma é específica para as entidades que não aplicam o SNC. As principais alterações para as ESNL, aplicáveis ao ano de 2016 e seguintes, são:

- Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras: presume-se que estrutura do balanço e demonstração dos resultados não se altera de um período para o outro. Ainda assim, com a aplicação do novo SNC, este princípio pode ser derogado, de forma a manter a "imagem verdadeira e apropriada dos elementos do ativo, do passivo, da posição financeira e dos resultados da atividade (Aviso 8259/2015 de 24 de julho).
- Informação a ser apresentada no balanço e na demonstração de resultados: além da informação obrigatória a publicar em portaria específica, pode ser solicitada informação adicional, desde que essa divulgação contribua para melhorar a compreensibilidade da posição financeira e dos resultados da entidade.
- Divulgação das políticas contabilísticas: as ESNL, passam a ter que divulgar um resumo das principais políticas contabilísticas, nomeadamente as bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e ainda outras políticas contabilísticas relevantes para a divulgação da informação financeira.
- Investimentos: propriedades de investimento (terrenos e edifícios são classificadas como ativos fixos tangíveis). Bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.
- Instrumentos financeiros: os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos passam a estar regulamentados pela regra geral dos instrumentos financeiros, devendo ser mensurado ao custo deduzido da perda por imparidade.
- Acontecimentos após data de balanço: passam a estar regulamentados para as ESNL. Também aqui distinguem-se dois tipos de acontecimentos: os que proporcionavam prova da existência à data de balanço e dão lugar a ajustamentos e os que eram meramente indicativos e que por isso não dão lugar a ajustamentos. Na primeira situação, a entidade deve sempre ajustar as quantias já reconhecidas nas demonstrações financeiras.

17.3 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" em 31 de dezembro é a seguinte:



60

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Passivo		
Imposto s/rend. das pess. colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	306.03	479.52
Segurança Social	490.52	482.85
Outros impostos e taxas		
	796.55	962.37

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" regista os seguintes valores e desagregação para os anos de 2024 e de 2025:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores e credores por acréscimos:				
Acréscimos de Proveitos		11,359.84		13,734.67
Outros Devedores e Credores:				
Outros Devedores		12,221.72		14,110.00
		23,581.56		27,844.67

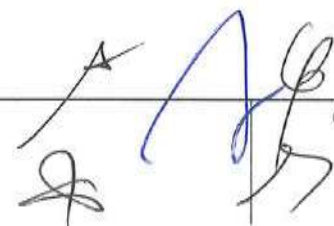
17.5 Outros passivos correntes / Dívidas a pagar

A presente rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025:

Rúbricas	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				
Outras contas a pagar				
Férias e Subs. Férias e enc. Sociais		3,917.93		3,762.00
Outros acréscimos de gastos		1,830.49		2,837.58
Adiantamentos por conta de vendas				78,000.00
Outros devedores e credores	88,804.65	10,972.83	94,491.68	10,934.27
	88,804.65	16,721.25	94,491.68	95,533.85

17.6 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Subcontratos	3,940.00	3,575.00
Serviços especializados	51,287.87	45,149.25
Materiais	11,486.25	8,103.21
Energia e fluidos	10,250.87	9,009.31
Deslocações, estadas e transportes	14,994.59	13,109.22
Serviços diversos	13,257.37	27,121.81
	105,216.95	106,067.80

17.7 Benefícios aos empregados

Deverá prescrever-se a contabilização e a divulgação dos benefícios dos empregados que incluem: Benefícios a curto prazo dos empregados (salários, ordenados e contribuições para a segurança social); Benefícios pós-emprego (pensões, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego); Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença de longo serviço ou licença sabática, benefícios de invalidez a longo prazo); Benefícios de cessação de emprego); e Benefícios de remuneração em capital próprio.

A referida contabilização deverá reconhecer: um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro; e um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

Desde o ano de 2019 a Fundação atribui um subsídio sob a forma de complemento de reforma ao antigo trabalhador da Fundação, Alberto Vieira.

O comparativo dos Gastos com o Pessoal passou a ser a seguinte:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	36,464.46	33,785.00
Encargos sobre remunerações	4,888.51	4,392.90
Seguros	1,984.71	1,737.18
Outros gastos com pessoal	819.99	
	44,157.67	39,915.08

Os valores registados referem-se aos três colaboradores a tempo parcial e ao complemento mensal de reforma acima referido. Em 31 de Dezembro de 2025 conta com três trabalhadores a tempo parcial (50% do horário normal), mantendo-se os mesmos funcionários, quando comparado com o ano de 2024. No ano de 2020, a FUNDAÇÃO passou os trabalhadores afectos à exploração agrícola para a Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda.

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferem remuneração.

17.8 – Rédito e Outros Rendimentos

A presente rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Outros rendimentos suplementares		
Correcções relativas a exercicios anteriores	2.765,94	3.705,34
Imputação de subsidios para investimento		
Donativos, Consignações e Injuções	1.000,00	173.930,88
Restituição Impostos / Consignação IRS	2.359,84	1.734,67
Rend. e ganhos em inv. não financeiros - Sinistros		
Rend. e ganhos em inv. não financeiros - Alienações	247.961,56	102.676,25
Rend. e ganhos em inv. não financeiros -Rendas	130.970,82	132.241,08
Outros rendimentos	6,84	34,22
	385,065,00	414,322,44

Os valores registados em Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros – Alienações, refere-se aos ganhos líquidos associados à venda das parcelas de terreno em 2025 e em 2024 (nota 5).

17.9 – Outros Gastos e Perdas

A presente rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025:

Rúbricas	31-Dez-25	31-Dez-24
Impostos indirectos e Taxas	3.928,76	5.102,92
Correcções relativas a exercicios anteriores	3.720,00	368,38
Donativos concedidos	6.650,00	1.500,00
Bolsas e prémios de mérito escolar	5.470,00	5.100,00
Quotizações	500,00	560,00
Multas e penalidades	17,72	37,52
Gastos e perdas em inv. não financeiros - Alienações		
Outros gastos	3.407,46	932,48
	23.693,94	13.601,30

17.10 Partes Relacionadas

Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda.

A Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal Lda., apresentou no ano de 2020 um novo projeto de modernização de exploração agrícola de produção biológica de ananás e recuperação de edifício de armazém de apoio, candidato ao sistema de incentivos PRORURAL+ IFAP - Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I.P., / Direção Regional ao Desenvolvimento Rural. O investimento prevê dos seus promotores, Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida Unipessoal Lda., e indiretamente, pelo sócio Único, a Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, um financiamento através de suprimentos de sócio. O valor do investimento previsto foi de 96,971 euros, e o incentivo não reembolsável aprovado foi no valor de 65,908 euros. O prazo de realização do projecto era de 2 anos, tendo iniciado a sua execução no último trimestre de 2021 e concluído a sua execução no segundo trimestre de 2023. O incentivo não reembolsável foi recebido em novembro de 2023, no valor

total de 65,908 euros. A aprovação dos apoios ao Projeto de Modernização de Exploração Agrícola: Produção de Ananás e recuperação de Armazém de apoio, promovido pela Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal Lda., foi de imprescindível importância para a política de investimento produtivo e aumento da capacidade instalada de produção de ananás em modo biológico certificado em mais 900 m² (3 novas estufas de vidro). O plano de investimento dinamizou o património da Fundação e valoriza o espírito empreendedor dos seus responsáveis, contribuindo para a melhor qualidade dos produtos dos Açores e no caso em apreço do ananás, naturalmente associado ao esperado incremento de vendas e ganhos de escala.

A Sociedade Agrícola Paço de Nossa Senhora da Vida pretende aumentar as suas vendas para 2026, decorrentes do aumento da área de produção, e ainda com a experimentação de outras plantações e produtos diferenciados e de reconhecida qualidade e potencial de exportação para nichos de mercados com forte apetência por produtos biológicos certificados.

A aposta na divulgação on-line dos seus produtos e métodos de produção passou a ser uma nova realidade, considerando a conclusão do investimento no âmbito da candidatura aprovada ao programa Vale Digital Açores, promovido pela DREC – Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, do qual foi recebido um incentivo não reeembolsável de 3,500 euros foi recebido em Agosto de 2023.

No ano de 2024 foram apresentadas duas candidaturas no âmbito de avisos PRR - Plano Recuperação e Resiliência, dos quais a primeira candidatura para a construção de mais uma estufa tradicional com 300m² para a produção biológica de ananás, com um custo estimado de 31.355 mil euros e uma segunada candidatura no âmbito da transição digital e modernização produtiva das explorações agrícolas, com um custo estimado de 13.766 euros. Ambas as candidaturas foram aprovadas no último trimestre de 2024, com uma taxa de financiamento de 80% a fundo perdido, e com plano de investimento integralmente realizado no ano de 2025.

De acordo com os registos contabilísticos à data de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade Agrícola Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda., é devedora à Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, na quantia de 126.075 euros (76.950 euros o saldo em 31 de Dezembro de 2024), de suprimentos obtidos destinados aos investimentos efetuados e no âmbito das suas candidaturas aos apoios do PRORURAL e PRR e respectivos investimentos ou parcelas não comparticipadas pelos incentivos públicos nacionais e comunitários. O apoio prestado pela Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida é essencial, não apenas para garantir o financiamento por capitais próprios e suprimentos da sua participada, como para assegurar despesas de investimento decorrentes do aumento de preços de materiais de construção e empreitadas registado nos últimos anos, bem como eventuais outras de despesas não previstas em sede de candidatura ou melhoramentos efetuados no decurso das obras, e que embora não contemplados na mesma, se revelam de uma mais valia. Ultrapassada a fase de maior expansão da área de produção do ananás, superior a 6 mil m², a administração através da Sociedade Agrícola do Paço de Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda, pretende incrementar os seus rendimentos anuais.

Em 2025, o volume de negócios da Sociedade Agrícola do Paço, Unipessoal, Lda, atingiu o valor de 46,588 euros (44,570 euros em 2024), os Subsídios à exploração o valor de 91,210 euros (93,953 euros em 2024) e os Outros Rendimentos e Ganhos a quantia de 15,904 (14,962 euros em 2024). O total de Rendimentos da Sociedade Agrícola do Paço ultrapassou os 153,702 euros em 2025 (153,485 euros em 2024).

O resultado líquido do exercício de 2025 foi de 1,111.63 euros (1,240.82 euros em 2024), sendo o Activo total no valor de 509,862.28 euros (456,179.25 euros em 2024) e o Capital Próprio no valor de 263,979.31 euros (242,736.41 euros em 2024).


NSV – Gestão de Eventos, Lda.

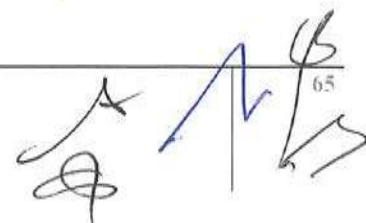
A 9 de novembro de 2024, foi constituída a sociedade por quotas "NSV-Gestão de eventos, Lda" com capital social de 1.200 euros participada em 51% pela Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida. Com sede no Paço de Nossa Senhora da Vida, Ponta Garça tem por actividade a organização e gestão de eventos culturais, corporativos e ludicos e que permitiu preparar candidatura a Fundos Comunitários no âmbito do Construir 2030 para a requalificação das antigas adegas do Paço de Nossa Senhora da Vida em espaço cultural e de eventos. A "NSV – Gestão de Eventos, Lda" não registando ainda qualquer actividade comercial em 2024 e em 2025, apenas o desenvolvimento de projectos de arquitectura, especialidades e elaboração de candidatura a fundos comunitários. O investimento a realizar ultrapassa os 850 mil euros, prevendo-se um incentivo não reembolsável a fundo perdido de sensivelmente 50% e arranque da obra no decurso no final do primeiro semestre de 2026.

Em 2025, o resultado líquido do exercício foi negativo em 4,079.40 euros (-390.00 euros em 2024), sendo o Activo total no valor de 38,363.86 euros (1,200.00 euros em 2024) e o Capital Próprio no valor de 23,730.60 euros (810.00 euros em 2024).

Perspetiva-se que Fundação dos Botelhos Nossa Senhora da Vida, sócio da Sociedade Agrícola do Paço Nossa Senhora da Vida, Unipessoal, Lda. e da NSV – Gestão de Eventos, Lda, em 2026, venha a reforçar os suprimentos efectuados ou a participação no capital social da sua participada, o que já aconteceu no decurso de 2025, com a realização de prestações suplementares de capital, no valor de 21,120.00 euros, e com suprimentos no valor de 12,101.91 euros, associados à execução do plano de investimento da requalificação das adegas do Paço de Nossa Senhora da Vida.

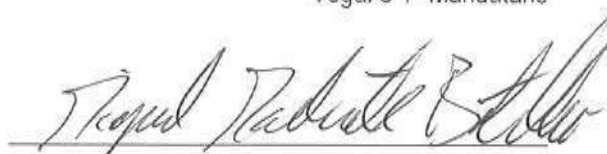
Conselho de Administração


Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho (Visconde Botelho)
Presidente

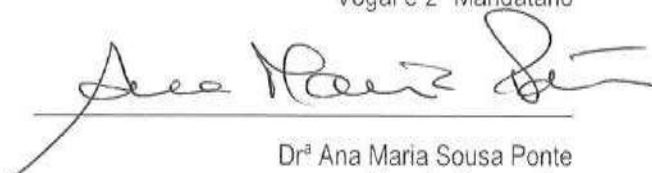





Eng.º Gonçalo Vaz de Machete Gago da Câmara do Botelho
Vogal e 1º Mandatário



Dr. Miguel António de Machete Gago da Câmara do Botelho
Vogal e 2º Mandatário

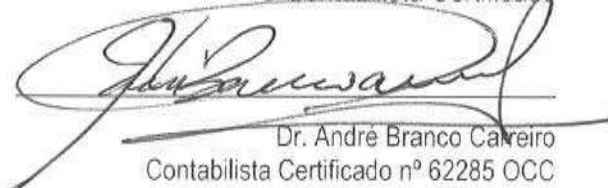


Drª Ana Maria Sousa Ponte
Vogal e Tesoureiro



Professor Doutor António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal

O Contabilista Certificada



Dr. André Branco Calreiro
Contabilista Certificado nº 62285 OCC

Vila Franca do Campo, 23 de Abril de 2026



**FUNDAÇÃO DOS BOTELHOS
DE
NOSSA SENHORA DA VIDA**

ANEXO II

**RELATÓRIO E PARECER DO
CONSELHO FISCAL**



ANO DE 2025

Vila Franca do Campo, Abril de 2026



**Fundação dos Botelhos
de
Nossa Senhora da Vida**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal apresenta, em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos, o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do ano de 2025 que incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais e o Anexos às Demonstrações Financeiras, documentos elaborados em conformidade com o Decreto Lei n.º 36-A, de 9 de Março, que aprovou o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), conjugado com as Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de Março, e do Aviso n.º 675/B 2011, de 14 de Março, e alterações do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho.

Na opinião deste Conselho, as Demonstrações Financeiras, transmitem de forma imparcial e apropriada a situação financeira da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida em 31 de Dezembro de 2025, com um activo total no valor de 3.120.001,11 euros (três milhões, cento e vinte mil um euro e onze cêntimos) e um resultado líquido positivo no exercício de 204.303,74 (duzentos e quatro mil trezentos e três euros e setenta e quatro cêntimos) elaborados de acordo com os conceitos e princípios contabilísticos e regulamentares geralmente aceites.

Nestes termos, propõe o Conselho Fiscal:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e respectivos Anexos da entidade referentes ao ano de 2025;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração;

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature appears to be 'J. J. J.' followed by a large 'A'.

3. Que seja aprovado um voto de confiança aos membros da Administração e um voto de louvor aos trabalhadores, colaboradores e demais associados pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano;

O Conselho Fiscal



Dr.ª Ana Isabel Sebastião Pereira da Mata
Presidente



Dr.ª Ana Isabel Aragão Tavares
Vogal



Dr. Miguel António Pacheco Vicente
Vogal

Vila Franca do Campo, 23 de Abril de 2026



Two handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be initials or names.